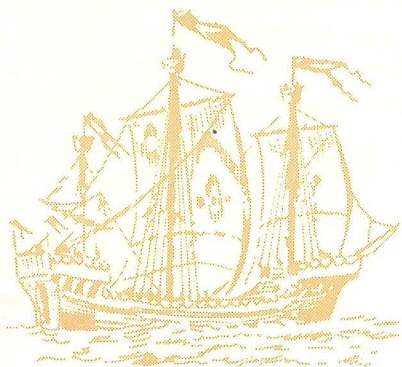
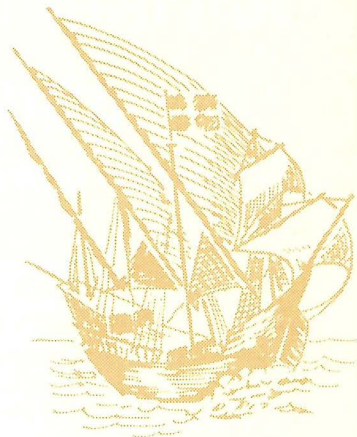


CAD. CENTRO DE APOIO DIDÁTICO
DA FAU - P U C C



NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

Ano XIII

nº 102

p. 61 - 136

ABRIL/JUNHO/1981

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XIII — Nº 102

ABRIL/JUNHO/1981

PEQUENO PREFÁCIO A UM GRANDE LIVRO

Odilon Nogueira de Matos

(O responsável por esta publicação foi distinguido com o honroso convite para prefaciar e anotar uma nova edição da grande *História do Brasil*, de Heinrich Handelmann, lançada pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo, em fins de 1978. Com a devida vênica da grande editora aqui transcrevemos o prefácio).

Em 1860, editada por Julius Springer, aparecia em Berlim a **Geschichte von Brasilien**, de Gottfried Heinrich Handelmann, a grande obra que Edições Melhoramentos, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, oferecem aos estudiosos de nossa história. Era o quarto livro publicado pelo autor, precedido pelas obras sobre os Estados Unidos e sobre o Haiti, de 1856, e por uma monografia sobre os últimos tempos da dominação hanseática no norte da Escandinávia, de 1853. Nascido em Altona, a 9 de agosto de 1825, Heinrich Handelmann graduou-se em 1854 pela Universidade de Kiel, da qual, no mesmo ano, se tornou professor. Em Kiel, como diretor de museus, viveu praticamente toda a sua vida, falecendo aos 26 de abril de 1891.

Provavelmente devido à barreira lingüística, a obra do historiador alemão passou quase despercebida, com pouca repercussão e ainda menos influência no Brasil. Alguns, entretanto, conhecedores do alemão, souberam reconhecer-lhe os méritos. Assim, Alfredo de Carvalho, ao registrá-la em sua **Biblioteca Exótico-Brasileira**, publicada postumamente em 1930, mas escrita antes de 1916, que foi quando faleceu, chegou a afirmar que se tratava “inquestionavelmente da melhor História do Brasil até então publicada.” E após transcrever algumas restrições que lhe fizera outro escritor alemão, Oscar Canstatt, afirmava que Handelman fora “o primeiro a considerar, dum ponto de vista científico, o conjunto da evolução nacional, indagando de suas origens étnicas e sociais, atendendo às influências telúricas e climatéricas, e procurando estabelecer as leis de subordinação e as relações de dependência entre os fatos narrados, de modo a explicar a sua contínua seriação, num quadro grandioso e verídico.”¹

Os reparos que Oscar Canstatt fizera e aos quais se referia Alfredo de Carvalho, diziam respeito mais à parte material do livro que propriamente ao seu conteúdo. Notava, por exemplo, que a obra se ressentia de uma “frequente repetição de fatos já prolixamente expostos”, ou da falta de um índice (de assuntos e de nomes) que facilitasse a consulta, lembrando que aos menos familiarizados com a história brasileira se tornava difícil encontrar um ou outro fato num volume de quase mil páginas. E recordando as fontes principais utilizadas por Handelman — algumas das quais tornadas acessíveis pelo próprio Imperador D. Pedro II — informava o crítico alemão que, o historiador nos havia dado “uma excelente **História do Brasil**, abundante em episódios históricos dos mais interessantes e apenas mencionados por alto em outros livros.” Afirmava, ainda, que Handelman, escrevendo um livro sobre o Brasil, “pôde contar com o interesse geral dos compatriotas, por oferecer a história do Brasil várias analogias com a da nossa pátria alemã. Nota-se, também, no povo brasileiro, certo antagonismo entre o sentimento geral de união nacional e o particularismo provincial. Além disso, precisamente na história do Brasil, muitas personalidades eminentes do nosso povo e de nossa raça representam papel saliente.” Observava, ainda, que a obra, como não podia deixar de ser, apresentava erros e lacunas, mas que o autor fora o primeiro a reconhecê-los, com as necessárias explicações e justificações em numerosos casos.²

Pela mesma ocasião em que Alfredo de Carvalho escrevia sua judiciosa apreciação acerca da obra do historiador alemão, Oliveira Lima

(1) Alfredo de Carvalho, **Biblioteca Exótico-Brasileira**, II, 292. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora, 1930.

(2) Oscar Canstatt, **Repertório crítico da Literatura Teuto-Brasileira**, p. 96. Trad. de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro, Editora Presença, 1967 (Coleção Germânica, v. 3).

a ela se referia como “um livro de quase mil páginas, de que não se deita fora uma linha”. E adiante: “Para aquilatar do seu mérito, é suficiente percorrer-lhe o sumário e adquiri-lo na inteligente disposição dos sucessos históricos e na profunda discriminação das correntes morais, desde o primitivo feudalismo até o unitarismo impêrial; ou então lançar a vista sobre a sua bibliografia e verificar a abundância e variedade de fontes.” E numa ocasião em que se anunciava uma nova edição de Varnhagen, chegava Oliveira Lima a afirmar que seria preferível traduzir a obra de Handelman a reeditar o historiador de Sorocaba... E rematava: “Com uma tradução da obra de Handelman, corrigida num ou noutro pormenor, e comentada com discreção e competência, começará o Brasil a ter o que todos dizem faltar-lhe, sem que ninguém se cometa ao empreendimento de traçar a sua verdadeira história.”³

A tradução desejada por Oliveira Lima, embora sem as correções e as notas reclamadas pelo historiador pernambucano, foi afinal levada a efeito por Raphael Mayrink (do Ministério das Relações Exteriores) e teve sua publicação iniciada em janeiro de 1918 por Arthur Guimarães de Araujo Jorge, diretor da **Revista Americana**. Não teve, entretanto, prosseguimento, tendo sido publicada apenas a primeira parte, compreendendo os seis primeiros capítulos.

De bem antes, porém, deste empreendimento da **Revista Americana**, data a iniciativa de tradução por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A idéia partiu de Max Fleiuss, então Secretário do Instituto, por ocasião do Primeiro Congresso de História Nacional, realizado em 1914, numa promoção do tradicional sodalício fluminense. Mas, lembrava o historiador carioca que “não bastava traduzir, pois em certas passagens o texto alemão carecia da necessária clareza, cumprindo, pois, anotá-lo, elucidá-lo.” A tríplice tarefa de tradução, revisão e anotação foi desempenhada honrosamente pela bibliotecária do Instituto, D^a Lúcia Furquim Lahmeyer, pelo General Bertoldo Klinger e pelo renomado historiador Basílio de Magalhães, respectivamente. E afinal, em 1931, integrando o tomo 108 (volume 162) da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, veio a lume a tradução integral do famoso livro, ocupando um volume de mais de mil páginas, tirado pouco depois em separata.

Quase meio século depois do aparecimento da edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, decidem-se as Edições Melhoradas

(3) Este parecer de Oliveira Lima, publicado na **Revista Americana**, nº 9, de 1917, foi colocado como página introdutória à primeira edição brasileira da obra de Handelman, em 1918 e à qual, adiante, se fará referência.

mentos e o Ministério da Educação e Cultura a uma reedição da importante **História do Brasil**, que o leitor de hoje já não mais encontraria se desejasse consultá-la, a não ser em bibliotecas muito bem dotadas. E ainda com a vantagem de uma edição mais cômoda, pois a que fora lançada pelo Instituto em 1931, em que pese a seus méritos, pouco contribuiu para a divulgação do livro, inclusive pela inconveniência de um só volume de mais de mil páginas, em corpo miúdo, tornando cansativa sua leitura.

Mais ainda. O espaço de quase cinquenta anos que nos separa da edição de 1931 veio permitir uma melhor apreciação, diríamos mesmo uma reavaliação da grande obra. Lamentamos, já no início desta nota, que o livro, quando publicado na Alemanha em 1860, pouca repercussão houvesse tido no Brasil, pois a língua alemã nunca foi muito divulgada entre nós. Compare-se, por exemplo, com outra **História do Brasil** de autor estrangeiro, a de Robert Southey, que, embora permanecesse sem tradução durante meio século, tornou-se conhecida no Brasil, lida e até certo ponto, imitada por numerosos autores brasileiros no século passado e mesmo no atual, constituindo, pois, verdadeiro modelo para a nossa historiografia até época relativamente recente. A obra de Handermann, escrita em alemão (e não traduzida para nenhuma outra língua européia) não teve a mesma sorte, e o leitor de hoje certamente lamentará que tal tenha acontecido. Handermann oferecia um modelo de história muito mais próximo do que hoje aceitamos e apreciamos. Não foi sem propósito que uma conhecida livraria, outrora existente no Rio de Janeiro, ao anunciar em seu catálogo a recém-publicada tradução de Handermann, informava tratar-se a primeira História do Brasil a dar realce aos aspectos econômicos e sociais de nossa história.

Com efeito, Handermann constituía uma exceção nos quadros da historiografia brasileira, “a exceção que vem do estrangeiro”, como lembra Nelson Werneck Sodré, para afirmar que, “pela primeira vez, os acontecimentos do passado brasileiro vão ser relacionados, procurando o alemão mostrar reflexos de uns em outros, situando causas e efeitos; pela primeira vez determinados aspectos são levantados, inclusive os sociais; Handermann vê onde os outros não viram e mostra diversos lados das questões, além daquele que se apresenta pela simples enumeração dos acontecimentos e pelo arrolamento das personagens.” E, ainda mais uma vez, realçando os méritos do livro que ora apresentamos ao público, escreve o autor de **O que se deve ler para conhecer o Brasil**: “Escrevendo fora do Brasil e fazendo grande esforço para dominar o assunto a que se dedicou, Handermann supera todos os historiadores que escreveram antes dele pela compreensão dos problemas, pela análise que apresenta a propó-

sito dos temas principais, pela sensibilidade ao importante, pela forma como discrimina valores e situa o processo histórico.”⁴

O interesse dos europeus em escrever histórias do Brasil vem de longe. A obra hoje clássica de Southey teve o seu primeiro volume publicado em 1810, enquanto que os volumes seguintes apareceram em 1817 e 1819. Antes de Southey, porém, um **History of Brazil**, por Andrew Grant, fora publicada em Londres em 1809, reeditada na Rússia (embora em francês) em 1811 e traduzida para o alemão em 1814. “Não tem valor durável”, segundo observou o próprio Handelman, pois visou a atender apenas à “utilização do momento”, ou seja quando a Inglaterra, após o ato de abertura dos portos, iniciava um intenso relacionamento com o Brasil. Embora desvaliosa (tanto que ninguém se interessou em traduzi-la), reflete o interesse que o Brasil despertava, a ponto de fazer jus a uma edição em São Petersburgo. De 1815 é a **Histoire du Brésil**, de Alphonse de Beauchamp, em três volumes, pouco depois traduzida para o português. O próprio Handelman a denunciava como baseada quase exclusivamente em Southey, não obstante o autor reivindicasse a glória de obra original e até verberasse o historiador inglês como “compilador, que nenhum esclarecimento acrescenta”, o que levou Southey a uma enérgica réplica no prefácio de seu segundo volume. Em 1821, aparecia na Inglaterra outra **History of the Brazil**, de James Henderson, que Handelman também qualifica de “atrevido roubo literário”, pois não passava, de fato, de uma simples e malfeita tradução da obra de Aires do Casal, “com algumas supressões e alguns aditamentos pessoais”. De 1823 é o **Resumé de l’Histoire du Brésil**, de Ferdinand Denis; de 1827, a **Geschichte von Brasilien**, de von Lebrecht (praticamente uma tradução, adaptada, de Denis) e de 1829 é outra **Geschichte**, de Ernst Münch. O elenco iria longe, mas estamos atendo-nos apenas às obras citadas pelo próprio Handelman.

Parece-nos oportuno lembrar o quanto os grandes viajantes do século XIX — especialmente os grandes naturalistas — contribuíram para criar esse clima favorável a um maior interesse pela história brasileira. Não é sem propósito que Handelman os cita e os valoriza em sua bibliografia. Todos eles procuravam mostrar o Brasil como uma espécie de **mundo novo**, não só para servir de campo de experiências para os europeus, mas **novo** também no sentido das soluções encontradas para os seus mais diversos problemas. Se o Brasil, no século passado, tornou-se o “Paraíso dos Naturalistas”, na feliz expressão de Darwin, ele se tornou também o paraíso dos comerciantes que aqui se estabeleceram, marcando

(4) Nelson Werneck Sodré, **O que se deve ler para conhecer o Brasil**, 3ª edição, pp. 217 e 220. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

com uma fisionomia própria, as principais praças do litoral, da mesma forma que se tornou campo propício a técnicos, responsáveis pelo desenvolvimento de nossa civilização material; a artistas, fascinados pela nossa natureza; a missionários protestantes, que viam no país ambiente adequado a um processo de evangelização com maior participação do povo; a escritores e diplomatas em vilegiatura, sempre à cata de novidades ou de emoções; a mercenários (especialmente os da guerra contra Rosas), que acabaram, muitos deles, radicando-se no Brasil ou dele fazendo propaganda na Europa. Livros de valor muito desigual, não há dúvida, mas que despertavam enorme interesse, sendo, com frequência, traduzidos para outras línguas e quase sempre antes de o serem para o próprio português. Handermann demonstra conhecer bem esses viajantes que escreveram sobre o país. Ocupam lugar de destaque em sua bibliografia. E sabe distinguir o joio do trigo. Os que indica, para o século XIX, são, de fato, os mais significativos: Saint-Hilaire, Martius, Mawe, Gardner, Koster, Kidder, Wallace, entre tantos outros, todos eles autores que souberam “sentir” o Brasil e cujas obras constituem fontes preciosas para o conhecimento do país na época em que seus autores o visitaram.

O reflexo de toda essa literatura de viajantes não poderia ser outro senão despertar em historiadores o interesse pelo processo histórico de que resultara um país como o que vinha sendo descrito com tanto entusiasmo. O conhecimento direto do país não era julgado condição necessária. Southey nunca esteve no Brasil, e certamente nem Handermann, pois não há em sua biografia a menor menção ou indício de que houvera visitado nosso país. Mas um e outro assenhorearam-se das melhores fontes impressas sobre o Brasil, indicando-as criteriosamente e delas tirando o que lhes pudesse servir para o sentido interpretativo que pretendam dar à nossa história. Neste particular, mais Handermann que Southey. Este é mais fatal. Aquele, sem deixar de ser fatal, procura compreender o “sentido” de nossa evolução, como nenhum outro autor o fizera antes, segundo a já citada observação de Nelson Werneck Sodré. Daí, por exemplo, a ênfase que dá à história regional, e dentro desta, a ênfase que dá aos aspectos econômicos e sociais. O que levou um historiador e crítico rio-grandense a escrever da **História** de Handermann que “é uma das melhores interpretações da evolução histórico-social, no sentido que lhe havia querido imprimir o Visconde de Porto Seguro”, concluindo por afirmar que “o aparecimento desta obra deu nova orientação aos estudos da espécie no Brasil, afirmando o processo econômico como de profunda significação na história do país”.⁵ Certo, no que se refere ao valor de Handermann, mas não tão certo na avaliação da “nova orientação” dada aos estudos da história do Brasil. Infelizmente. Tivemos de

(5) Abeillard Barreto — **Bibliografia Sul-Riograndense**, II, 627. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

esperar ainda por muito tempo para que as obras de história do Brasil (referimo-nos às obras gerais) entrassem na senda entrevista e percorrida pelo autor alemão, há cento e vinte anos. Apenas João Ribeiro, ao que parece, dentre os autores de obras gerais, beneficiou-se da obra de Handelman, que a sua cultura alemã lhe permitiu conhecer. Sua **História do Brasil** (para o curso superior), aparecida no início do século, é bem handelmaniana. Capistrano de Abreu teria sido outro capaz de receber a influência de Handelman, mas o mestre cearense, parece, não acreditava na possibilidade, em seu tempo, de escrever-se uma história do Brasil. Preferiu tratar de assuntos monográficos ou a anotar outros que escreveram obras gerais. Realmente, o que se produziu antes de Handelman (e mesmo depois dele, até época recente) estava quase exclusivamente voltado para os aspectos políticos e administrativos, que o autor alemão obviamente não despreza, mas pouco ou nenhum espaço deixava para temas que nos permitissem avaliar as condições de vida do povo, seus recursos econômicos, sua organização social, elementos corriqueiros na historiografia européia, mas praticamente desconhecidos na nossa.

O autor rio-grandense, há pouco citado, considera “verdadeiramente magistrais” os capítulos de Handelman sobre a colonização. Realmente, este é um dos pontos altos de sua obra. Seu interesse por esse problema (e pelos correlatos) levou-o a explicitar melhor, no prefácio, o que abordara no último capítulo, aduzindo novos informes sobre o assunto, o que vem mostrar a familiaridade com o que se passava no Brasil, não apenas na esfera particular, mas sobretudo na oficial. Seria curioso indagar-se acerca dos informantes de Handelman, mas o autor nem de longe nos acena com qualquer possibilidade. Talvez alguns dos muitos alemães que viviam então no Brasil (tipo Koseritz ou Hörmeyer), militando no jornalismo ou em entidades comerciais ou culturais, ou então funcionários consulares, num momento em que os estados alemães estavam muito interessados num melhor relacionamento com o Brasil.

Sua crença na imigração não destoava da de outros estrangeiros ou mesmo brasileiros que, na época, escreviam sobre o assunto. Na mesma linha, pode-se dizer, foram redigidos os relatórios de Taunay quando deixou as presidências de Santa Catarina e do Paraná, ou quando, com tantos outros, discursava na Sociedade Central de Imigração ou em entidades similares. Não acreditava no bom resultado do trabalho livre simultâneo com o escravo, e isto, efetivamente, foi uma das causas do fracasso do sistema de parceria nas colônias paulistas. Não acreditava, igualmente, no efeito da colonização sem que se assegurasse aos colonos a possibilidade de aquisição de terras. Estes pontos de vista que o autor atri-

bui a um representante consular da Prússia, afinal, eram dele próprio, como se depreende de numerosos passos de seu livro e como se mostra sintetizado nesta frase: “A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais.” Crítica de maneira, às vezes acerba, a política colonizadora e imigratória levada a efeito por órgãos estatais, que, não raro, comprometiam o nome do Brasil junto aos países interessados no fornecimento de mão-de-obra para o nosso país: “cumpre-nos acentuar que a atual opinião corrente aqui (na Alemanha) sobre o Brasil é tão pouco simpática, como jamais o fora.” E fundamenta sua opinião com um veemente e cáustico editorial do **Correio Mercantil** de 26 de fevereiro de 1859. Não se mostra, de fato, Handelmann muito animado à vista das manifestações de certos homens públicos no Parlamento. E não tem senão que resumir, depois de abster-se de mais considerações: “Por tudo é infelizmente notório que, se em breve não houver socorro, o Brasil caminhará para a ruína econômica; e também a carestia atual poderá determinar aqui e ali sérios perigos, dadas as condições especiais da população; pequena aristocracia de proprietários territoriais, em face de uma grande massa de povo sem propriedades.” Este binômio — pequena aristocracia de proprietários e uma grande massa de povo sem propriedades — constitui por assim dizer, a dominante de nossa história social. Já o sentiram os homens da **Praieira**, movimento que Handelmann cita, mas de cujo sentido social provavelmente não teve conhecimento. Sentiram-no igualmente, ontem como hoje, todos os que têm lutado, pelos mais diversos meios e pelas mais diversas formas, por reivindicações sociais. Continua sendo o grande problema da maior parte do Brasil ainda em nossos dias.

Cumprе notar, para bem compreender o espírito da obra de Handelmann, que ela deve ser enquadrada em contexto mais amplo. De fato, alguns anos antes o historiador esboçara o plano de uma **História da Colonização e Independência da América**, da qual a **História do Brasil** veio a ser a terceira parte, versando as outras duas sobre os Estados Unidos e o Haiti, ambas publicadas em 1856. Assim, com o volume sobre o Brasil completar-se-ia o seu painel histórico dos três estados americanos, por ele denominados **Estados das Raças Branca e Negra**. No caso do Brasil, teve ele de acrescentar mais o rótulo **Vermelha**, dada a significação histórica e política adquirida pelos povos autóctones. Circunstâncias especiais tornaram a **História do Brasil** sensivelmente destacada das duas primeiras

partes, de modo a assumir feição autônoma. A justificativa é clara, na explicação do próprio autor: “a superabundância das fontes da matéria histórica e o interesse por ela despertado fizeram que a História do Brasil se desenvolvesse fora da medida prevista, e tanto avultou que lhe garantiu fazer jus à existência independente.”

O autor agradece às bibliotecas públicas de que se utilizou, bem como aos inúmeros colaboradores que sobremodo o auxiliaram na composição da obra, com seus subsídios literários, informações e bons conselhos. Lamentavelmente não indica as bibliotecas que frequentou (a não ser a de Hamburgo) e nem relaciona os colaboradores e amigos que estiveram em condições de auxiliá-lo. Talvez pesquisadores brasileiros que andassem pela Europa, numa época em que o próprio governo imperial — como lembra José Honório Rodrigues — esteve muito interessado em determinar nos arquivos europeus pesquisas em documentos de interesse para o Brasil, enviando para lá numerosos pesquisadores que o autor de **A Pesquisa Histórica no Brasil** arrola em seu importante livro. O assunto relativo aos informantes de Handelmann parece-nos obscuro. Oscar Canstatt, que provavelmente conheceu o historiador alemão, sugere, como já o indicamos, que o próprio D. Pedro II se teria interessado pela obra de Handelmann, facilitando-lhe o acesso a numerosas fontes. Mas de que maneira o autor do **Repertório Crítico** não o diz nem nós sabemos.

Uma cousa nos parece estranha: que Handelmann, tendo conhecido a **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que à época da publicação da **História** já contava com quase vinte volumes (embora ele lamentasse não possuir uma coleção completa), não tenha feito a menor referência a um trabalho de von Martius publicado num dos primeiros tomos da **Revista** (nº 6, de 1844), com o sugestivo título **Como se deve escrever a história do Brasil**, trabalho esse motivado por uma sugestão do próprio Instituto nesse sentido. Há muito de comum entre a fórmula do grande naturalista e a realização de Handelmann, embora não se possa dizer que o modelo tenha sido seguido. Num ponto, aliás, o modelo prevaleceu: é quando Martius, no final de seu trabalho, recomenda o estilo que deveria predominar numa História do Brasil que viesse a ser produzida: “não deverá exceder a um só forte volume e deverá ser escrita em estilo popular, posto que nobre; deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso não deverá ser escrita em linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história que esse nome mereça, deve parecer-se com um

Epos ! Se, de um lado, é verdadeiro que o Epos popular só é composto onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso, uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis, que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo tempo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil.”⁶

Foi o que Handermann pretendeu fazer e o conseguiu. Mais ainda: procurou ser “sério e imparcial”, como fez questão de confessar ao dedicar o livro “humildemente” a Sua Alteza Real o Príncipe Adalberto da Prússia. O Príncipe havia visitado o Brasil em 1842-43 e escreveu um excelente livro sobre o nosso país. Handermann, sabendo disso e, provavelmente conhecendo o livro (embora não o cite na bibliografia), esperava, ainda, que sua **História do Brasil** viesse despertar no Sereníssimo Príncipe “a grata recordação de episódios pessoais e observações de outrora”. E espera, também que Sua Alteza possa, um dia, acolher os reparos e sugestões que apresentou sobre o problema da imigração alemã no Brasil.⁷

Uma palavra quanto às nossas notas. Tendo sido a obra já anotada por Basílio de Magalhães, na edição de 1931, as notas que acrescentamos visam tão-somente a uma atualização das fontes indicadas pelo autor. Quase todos os livros por ele mencionado existem, hoje, em edições modernas, da mesma forma que quase todos os de viajantes estrangeiros encontram-se traduzidos. Acreditamos que estas informações possam valer aos nossos leitores.

Não devemos mais alongar esta introdução. Será melhor, em vez de uma introdução a Handermann, que o leitor tome o próprio autor alemão e sinta com ele, de maneira global, a evolução histórica de nosso país, através de uma obra que, se não teve em seu tempo a

(6) A memória de Martius foi reproduzida no vol. 219, abril-junho de 1953, da mesma Revista do Instituto. Sobre ela, teceu o Prof. Pedro Moacyr Campos interessantes considerações, mostrando o quanto Martius sofreu nesse trabalho, a influência da historiografia romântica francesa, particularmente de Augustin Thierry: **Um Naturalista e a História**, originalmente no Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”, de 2 e 9 de abril de 1960; transcr. em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 74, Campinas, maio de 1976.

(7) A obra do Príncipe Adalberto da Prússia veio a ser publicada em nosso país pela Livraria Itatiaia Editora, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo): **Brasil: Amazonas; Xingu**; trad. de Eduardo de Lima Castro; apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. 1977. Coleção “Reconquista do Brail”, vol. 34).

repercussão que merecia, poderá vir, em nossos dias, contribuir para uma visão mais clara e mais inteligente — e até mais **moderna** — da história brasileira. Uma obra que resiste a cento e vinte anos sem envelhecer, dando, ao contrário, a impressão de ter sido produzida em nossos dias, fala por si, sem necessidade de quaisquer outras considerações acerca de seu valor ou explicações acerca de seus propósitos.

*

“OS VICE-PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DA BAHIA”

José Newton Alves de Souza
(Salvador, BA)

Renato Berbert de Castro é um meticoloso e probo pesquisador da História da Bahia. Trabalho que se lhe deva é trabalho que sempre reflete ordem, apuro e bom-gosto.

“Os Vice-Presidentes da Província da Bahia” bem o atesta. Publicado em 1978, sob os auspícios do Governo do Estado da Bahia, constitui o vol. I da Coleção Frei Vicente do Salvador. Tendo concorrido ao Prêmio Wanderley Pinho, obteve o primeiro lugar. Os pareceres dos integrantes da douta Comissão Julgadora do concurso estampam-se nas orelhas do livro e vêm assinados pelos Professores Jorge Calmon, Luiz Monteiro da Costa e Cid Teixeira.

Cada um desses pareceres põe em destaque aspectos ou qualidades notáveis do trabalho, chegando o Prof. Cid Teixeira a manifestar-se nos seguintes termos:

“Enumerou, arrolou, catalogou, com cuidado e minúcia, todos os atos de provimento das vice-presidências da Província da Bahia. Como tal e dentro destes limites o trabalho é bom e válido.”

“O texto tem a correção, a limpeza e a exatidão que se exige das boas contabilidades. Nomes escrupulosamente grafados, datas verificadas e conferidas até o limite da exaustão”.

O Prof. Jorge Calmon, por sua vez, arrola, como principais virtudes do trabalho, as seguintes:

“1) a de ser a primeira monografia consagrada aos governantes interinos da Província, apresentando a relação, acreditamos que completa, de todos eles, com o fornecimento das datas que balizaram sua passagem pelas funções; 2) constituir em estudo abrangente do assunto, ao esclarecer, com a aproximação de leis, e dos debates que as procederam, o mecanismo de substituição no governo provincial, no Império, estudo esse válido para a História nacional; 3) representar demorada e meticolosa atividade de pesquisa, desenvolvida junto a fontes primárias tanto na Bahia como no Rio de Janeiro; 4) retificar, com base em documentos, informações e referências publicadas em livros”.

O saudoso professor Luiz Monteiro da Costa assim se expressou, no II parágrafo de seu parecer:

“Como exposição o estilo é leve e de nítida feição didática. Leitura, assim, fácil e atraente, já que o tema é com seriedade e profundidade, pela primeira vez abordado. Corrige pequenas falhas de traba-

lhos impressos sobre assuntos da mesma área, e tudo que revela está alicerçado em documentação preciosamente inédita.”

O autor, elegendo o tema desse trabalho, estava, efetivamente, certo de seu ineditismo, certo do volume de documentos a beneditinamente compulsar, certo dos objetivos a atingir. Não fossem as qualidades que o caracterizam, de estudioso e pesquisador, honesto e lúcido, de homem metódico e persistente, de alguém que sabe o que quer e o que diz, e certamente não teríamos um livro assim, tão de apreciar-se sob os vários ângulos acima referidos, e possíveis outros, que a leitura atenta e inteligente pode revelar.

O capítulo inicial do livro trata da Lei de 20 de outubro de 1823, que “abolindo as Juntas Provisórias de Governo das Províncias, criou para cada uma delas a figura do Presidente e de seu Conselho, sendo o conselheiro mais votado o Presidente”. No capítulo seguinte, depois de relacionar os Vice-Presidentes na vigência dessa lei, diz dos eventos que julga importantes para o seu trabalho, todos ocorridos durante o Governo de Pinheiro de Vasconcelos: o juramento e posse, em 13. 8. 1833, dos membros do terceiro Conselho do Governo da Bahia, eleitos para o período da 3ª legislatura da Assembléa Geral Legislativa; o Ato Adicional à Constituição de 12. 8. 1834 “que logo no artigo primeiro determinou que os Conselhos Gerais das Províncias fossem substituídos pelas Assembléas Legislativas Provinciais”; a publicação da Lei nº 40, de 3. 10. 1834, “que, abolindo os Conselhos do Governo, criava novo sistema de escolha dos Vice-Presidentes das Províncias”. A importância que o autor confere a este terceiro evento levou-o a dar-lhe tratamento alongado em capítulo próprio, que se denomina, precisamente. “A lei nº 40, de 3 de outubro de 1834”, e em cujas páginas examina os artigos que dizem mais de perto com o tema do livro.

O capítulo seguinte é dedicado aos Vice-Presidentes na vigência da lei nº 40, de 3. 10. 1834.

Com o Decreto nº 207, de 18. 9. 1841, “o sistema que regia os Vice-Presidentes sofreu profunda transformação, a última do Império”, pois “os Vice-Presidentes passaram a ser de livre nomeação, remoção e demissão do Imperador”.

Ao capítulo sobre o Decreto nº 207, de 18. 9. 1841, segue-se o que Renato Berbert de Castro dedica aos Vice-Presidentes que nessa fase existiram. É o mais longo dos capítulos, e nele se modifica o sistema de exposição anteriormente adotado.

O autor, concluindo seu valioso trabalho, oferece vários esclarecimentos (nada menos que oito), por ele julgados oportunos, todos relacionados com os Vice-Presidentes sob a vigência do Decreto nº 207,

de 18. 9. 1841. Além disso, relaciona, por ordem cronológica, os Presidentes e Vice-Presidentes que ocuparam a administração da Província da Bahia, e, separadamente, indica “os Vice-Presidentes que governaram a Bahia, com os seus períodos à frente dos negócios provinciais”.

As 127 notas, cuja quase totalidade remete para fontes arquivais, confirmam a boa qualidade científica do livro.

Como se vê, “Os Vice-Presidentes da Província da Bahia”, de Renato Berbert de Castro, é o resultado de um esforço grandemente válido, no plano da pesquisa histórica na Bahia, capaz de inspirar, ao próprio autor e a outros estudiosos, novas investigações, nesse e noutros campos, investigações honestas e bem realizadas, como as de agora.

*

BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DA PROTEÇÃO AO TRABALHO

Azael Duarte Martins
(Campinas, SP)

A atividade laboral do homem com vistas a uma retribuição desenvolve-se sob diversas modalidades, todas elas ao abrigo da lei.

O trabalho humano poderá ser objeto de contratos diversos, tais sejam o de empreitada, parceria, sociedade, comissão mercantil etc., gozando, em qualquer caso, da proteção legal.

Entretanto, um processo evolutivo que veio a eclodir no decorrer do Século XIX, determinou o aparecimento de um **Direito do Trabalho** com características próprias, como um órgão adequadamente estruturado e diferenciado (a idéia de autonomia de qualquer ramo do Direito positivo é inaceitável), para a execução das funções que lhe são peculiares: tutelar a imensa maioria dos homens que se diluem na grande massa dos assalariados, no sentido de maior justiça ao valor do trabalho e da mais justa contraprestação.

As normas gerais de tutela do trabalho se realizam prática e concretamente por meio do **Contrato de Trabalho**. "Representa ele o negócio jurídico certo na vida do trabalhador: existe, existiu ou existirá; em ato ou em potência"¹. Embora por muito tempo tenha servido como instrumento de exploração do assalariado dentro da economia capitalista, um lento processo evolutivo reabilitou-o completamente. Desempenha hoje, dentro da nova estrutura do Direito do Trabalho, papel de propulsor do progresso social em benefício do trabalhador.

Dos Quadros do Direito Civil, ao Direito do Trabalho

1 — Como justa reação ao absolutismo real, à tirania feudal, ganhou corpo o movimento antropocentrista, cujas primícias já vamos encontrar no pensamento filosófico medieval.

A nova corrente opunha-se vigorosamente à preponderância do Estado, para erigir em seu lugar a nova doutrina filosófica do individualismo.

A meta era a emancipação do indivíduo de modo a torná-lo o fulcro em torno do qual tudo deveria girar.

Tendo por alvo a ordem política, a nova concepção, necessariamente, prepara o terreno para a construção de uma nova ordem jurídica de preponderância dos direitos do indivíduo, completamente alheia ao espírito social.

(1) Moraes Filho, Evaristo de — **Introdução ao Direito do Trabalho**.

A nova doutrina medrou à sombra do vetusto edifício do Direito Natural edificado na antigüidade clássica; alimentou-a aqueles mesmos antigos princípios de direitos indissociáveis da natureza humana, imutáveis no tempo e no espaço e, por fim, sobranceiros em conteúdo e extensão, ao Direito positivo.

Nenhum preceito legal poderá restringi-lo e muito menos contrariá-los.

É a supremacia do indivíduo à qual toda ordem jurídica haverá de se ajustar.

Ao Estado, antes onipotente, intervencionalista por excelência, competiria agora apenas uma atitude de mero garante da eficácia da declaração de vontade do indivíduo.

É justamente essa posição extremada que a Revolução Francesa vem aceitar, estatuinto que o Poder Legislativo não poderia elaborar leis que atentassem contra o exercício dos direitos naturais e civis, ou o dificultassem.

Consagrada, pois, a concepção individualista da liberdade civil, ou seja, a liberdade garantida pelo Estado, impunha-se a elaboração de uma nova ordem jurídica.

O espírito jurídico da época voltou-se então para a tradição romana, buscando na admirável teoria das obrigações os elementos que comporiam o quadro regulador das relações entre as partes no vasto campo dos interesses privados. Os vínculos obrigacionais passaram a ter no **contrato**, agora informado pelo postulado fundamental da **autonomia da vontade** a sua fonte inesgotável.

A autonomia da vontade, princípio basilar do sistema civilista, faculta a todo indivíduo a estipulação de direitos e obrigações por acordo de vontades, pressupondo sempre a **liberdade** de contratar ou não, e estrita igualdade jurídica.

Tal postulado traduz-se no poder do indivíduo de praticar atos que repercutem no mundo jurídico, de tal arte que poderá exigir o reconhecimento dos efeitos de sua declaração de vontade invocando o poder coercitivo estatal.

A teoria da autonomia da vontade, na magistral lição de Pothier², resume-se nas seguintes proposições:

- 1º) todo sujeito de direito deve ser um sujeito de vontade;
- 2º) todo ato de vontade de um sujeito de direito é socialmente protegido como tal;

(2) Apud. Gomes Orlando — Curso de Direito do Trabalho.

3º) essa proteção está subordinada à circunstância de ser lícito o ato de vontade;

4º) toda relação jurídica é uma relação entre dois sujeitos de direito, dos quais um é o sujeito ativo e o outro o sujeito passivo.

É dentro desta concepção civilista que vamos encontrar a gênese do Direito do Trabalho e daí então assistir à sua evolução rápida e incessante.

O fato incontestável é que diante da nova realidade, os espíritos da época recusando-se à criação de novos modelos jurídicos talvez por excessivo apego à tradição ou, mais provavelmente, por obediência à lei do mínimo esforço, como observou Paul Valery, acabaram por considerar a prestação de serviço como contratual à maneira dos romanos.

No dizer de José Martins Catharino³, “a relação de emprego, como hoje a concebemos, começa a surgir com a Primeira Revolução Industrial. Desaparecido o sistema feudal, abolidas as corporações de ofício, suplantadas as manufaturas, reduzida a escravatura, assegurada a liberdade formal de trabalho, a relação de emprego entra na sua fase histórica propriamente dita, ainda inacabada. Como sói acontecer em tais circunstâncias, quando surge no meio social uma relação nova, o primeiro esforço da ciência jurídica é o de enquadrá-la em outra tradicional. No caso, o de considerar-se a futura relação de emprego como contratual à antiga”.

Como consequência da concepção trazida da tradição romana, os códigos civis que se elaboram no Século XIX e início do Século XX, disciplinaram a prestação de serviço nos moldes clássicos do Direito comum, aproximando-a da locação de coisas. O trabalho era ainda tido, em sua essência, como **coisa**, separável da pessoa humana, e mais importante que ela. O Código Civil francês coloca a prestação de serviços como uma das espécies de arrendamento de obras e define o nexo contratual entre capital e trabalho com as seguintes palavras: “arrendamento de trabalhadores que se obrigam a serviço de alguém” (art. 1.779), com a inaceitável conceituação de ser humano como coisa alugável.

Por outro lado, nesta matéria de imensurável importância dedicou apenas uma norma obrigatória, a que proíbe a locação por vida inteira, com o evidente propósito de evitar o ressurgimento da escravidão.

No restante, o ordenamento jurídico do vínculo de trabalho garante às partes ampla liberdade contratual, no mais puro estilo individualista.

(3) Catharino, J. M. — **Compêndio Univ. de Direito do Trabalho.**

Subscrito livremente pelas partes consideradas em perfeita situação de igualdade, o **contrato de arrendamento de serviços**, como contrato, sujeitava-se às disposições gerais relativas às obrigações consignadas no Código Civil.

A doutrina econômica do liberalismo completava-se agora com a doutrina filosófica do individualismo, consagradas na lei francesa.

Sob a influência decisiva do Código de Napoleão, ao “laisser-faire” do mundo econômico juntava-se o “laisser-faire” do mundo jurídico.

II — Esta posição de hegemonia do contrato, porém, se verá bastante abalada uma vez que o direito individualista não atendia aos reclamos de uma sociedade sacudida por rápidas e profundas transformações.

Depois da época medieval onde predominaram os proprietários de terras; depois do período mercantil que foi o reinado dos comerciantes, chegou o período do grande produtor — o empresário.

Dois homens; o inventor — maltratado freqüentemente e não raro arruinado, mas cuja idéia acabou por triunfar e o fabricante, empresário-capitalista, são os expoentes e cada vez mais os senhores da época.

A indústria liberou-se das peias antigas que a sujeitavam às proximidades das matas e dos rios, fontes de energia. O carvão e o vapor a emanciparam. O ferro, o aço, a fundição, permitiram a rápida multiplicação dos escravos-máquinas.

A incipiente técnica manual, da qual pode dizer-se que não havia mudado nada desde os tempos das civilizações orientais até a metade do Século XVIII, cede o posto à grande indústria, às máquinas, à divisão do trabalho, às fábricas modernas.

Este sistema fabril, inaugurado com a Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que absorve grande massa de trabalhadores, coloca-os sob inteira dependência do capital, porque agora só lhes resta a capacidade de trabalho para sobreviver.

Sob o jugo do poder econômico, transformaram-se em mito as construções doutrinárias, que colocavam em pé de igualdade empresário e assalariado.

A aplicação cega do individualismo jurídico foi caminho seguro para a exploração do fraco pelo forte economicamente, com graves reflexos na ordem social.

Urgia, pois, profundas alterações no quadro jurídico então dominante.

E elas vieram e com elas erigia-se um novo direito — o **Direito do Trabalho** — uma das mais valiosas conquistas do espírito humano.

Tendo por escopo principal impor limites ao princípio da autonomia da vontade, por isso mesmo o Direito do Trabalho caracteriza-se por um traço fundamental: o **intervencionismo** legislativo.

Com a nova legislação aparece também a denominação **contrato de trabalho**, que se implantará em lugar da tradicional, não obstante alvo de severas críticas, principalmente por aqueles que entendem-na imprecisa, já que outros convênios podem, igualmente, ter por objeto uma prestação de serviço.

A nova denominação vai além de uma simples mudança de terminologia e põe em relevo a decadência de uma concepção puramente materialista de arrendamento de serviços como contrato patrimonial, que ignora a pessoa do assalariado. Por isso desaparece a antiga imprecisão terminológica quanto aos sujeitos do contrato de trabalho. A lei a eles se refere como **empregador e empregado**.

Da Tentativa de Repúdio do Contrato de Trabalho à Relação de Trabalho

III — Alcançado em seu sustentáculo principal, a **autonomia da vontade**, parte da doutrina contemporânea chega a negar a existência do contrato de trabalho. Para estes doutrinadores, a fonte geradora e normativa das relações laboriais é a **relação de trabalho**, nascida exclusiva e tão somente do fato da entrada do trabalhador na empresa. Este jamais contrataria com o empregador.

A teoria da relação de trabalho, engendrada por juristas tedescos, teria seu mérito em explicar situações que, diga-se desde logo, em razão da peculiar perspectiva em que se coloca o observador, escapavam aos quadros da tese contratualista.

Em sua concepção mais radical, repele o sistema romanístico e individualista da locação de serviços concentrando-se no caráter **pessoal** da relação laboral; não há qualquer vinculação contratual e relativa a bens patrimoniais; o operário não promete uma prestação material, mas sim **obriga a si próprio** como membro de uma comunidade organizada e hierarquizada, a empresa, esta última submetida a um estatuto pelo Direito do Trabalho. O simples ingresso do trabalhador na empresa, ou seja, formada a relação **fática**, passa este a pertencer à comunidade empresária, criando-se, desde logo, relações humanas (fidelidade ao chefe, solidariedade etc.) que refogem às regras estabelecidas para os contratos patrimoniais.

A organização do trabalho transferiu-se então para a empresa, concebida, agora, não nos moldes do regime capitalista liberal, mas como associação onde as partes devem buscar na união o bem comum.

Embora sujeito às diretrizes da política social e econômica do Estado, o chefe podia baixar regulamentos estabelecendo normas sobre salário, disciplina interna, duração do trabalho, higiene, indenizações por despedida etc. e que, em razão do princípio de estrita obediência, eram rigorosamente aplicados.

Todavia, ao mesmo tempo em que a concepção de um chefe de empresa, investido das prerrogativas de um órgão legislativo, entrou em declínio no país de origem por motivos históricos (lei nazista de 34 que criou a Frente de Trabalho, aniquilando o direito coletivo de trabalho), a nova doutrina já agora mitigada obtinha êxito em França.

Se, na doutrina alemã, a **incorporação** à comunidade se verifica dentro do mais completo desprezo à manifestação volitiva do assalariado, na doutrina francesa (institucional) esta se manifesta pela **adesão** a condições preestabelecidas. Mas, e aqui começam os reparos, se na maioria dos casos ocorre a adesão, isto não impede que as condições contratuais possam ser alvo de discussões, mormente em se tratando de mão-de-obra qualificada. Acresce, ainda, notar que embora a manifestação do empregado se limite a um ato de **adesão**, a relação que exsurge é contratual: contrato de adesão é **contrato** ! Cabe perfeitamente, aqui, o seguinte ensinamento de Pontes de Miranda — “Tem-se de repelir a doutrina que exagera a extensão do regime publicístico do contrato de trabalho e tende a considerar de direito público regras jurídicas que o Estado edita em proteção do trabalhador ou no propósito de evitar lutas de classes. “A fortiori”, as teorias que chegaram ao ponto de considerar as manifestações de vontade dos figurantes como simples fatos de trabalho. Trata-se de contrato, por mais longe que tenha ido a política legislativa interventiva. As relações jurídicas são contratuais, por menor que seja a margem de auto regramento da vontade”⁴

Inegavelmente o mero **fato** da prestação de trabalho subordinado reveste-se de profunda significação social e humana e, como tal, não poderia ser ignorado pelo direito do trabalho. Mesmo inexistindo um contrato ou sendo este **nulo**, da prestação de **fato** podem surgir consequências jurídicas, dado que a energia de trabalho despendida não pode ser objeto de devolução por parte daquele que dela se aproveitou. Não se trata de uma singularidade do Direito do Trabalho extrair efeitos jurídicos de situações de fato, o mesmo se verificando, v. g., na sociedade de fato. A própria teoria de enriquecimento ilícito explica o pagamento ao empregado do equivalente à prestação por ele já cumprida.

(4) Lamarca, A. — **Contrato individual de Trabalho**.

No instituto da estabilidade estaria o calcanhar de Aquiles da teoria contratualista — ali ser-lhe-ia desferido o golpe fatal. Tomemos, neste passo, as palavras de Délio Maranhão⁵: “Que significa entretanto estabilidade? O direito do empregado de não ver desfeito o contrato de trabalho em virtude de ato unilateral do empregador, senão mediante mútuo consenso ou sentença constitutiva do juiz. Repugna tal solução à idéia de contrato? Não nos parece. Na lição de De Page, o que caracteriza, “prima facie”, a resilição contratual é o acordo das partes. A resilição unilateral constitui **exceção** ao princípio da força obrigatória dos contratos e só é permitida quando a lei o autorize. Por outro lado, a **resilição**, seja por mútuo acordo, seja pela vontade unilateral, constitui sempre uma causa **anormal** de extinção de contrato. Um contrato cessa, normalmente, quando atinge seu termo ou seu fim (objeto), isto é, quando é **executado**. É certo que a resilição unilateral é própria dos contratos de duração indeterminada e o contrato de trabalho é um deles. Mas não é menos certo, também, que esse contrato possui individualidade especial e, como tal, deve ser tratado. O contrato de trabalho tem o sentido **normal**, que lhe é peculiar, de permanência, de estabilidade. Por isso, o contrato a termo é, sempre, excepcional. Ao trabalhador, que vive de seu trabalho, interessa continuar no emprego. Nada de extraordinário, portanto, que o legislador, atendendo a essa característica do contrato de trabalho, e com o propósito de proteger o contratante economicamente mais fraco, torne-lhe aplicável, depois que haja atingido certo limite de duração, a **regra** geral de direito, segundo a qual um contrato não pode ser desfeito senão “através de um novo acordo de vontades”, por força do princípio da força obrigatória dos contratos. Por outro lado, se a resilição unilateral constitui, tipicamente, um direito **potestativo**, potestativo é, também, o direito de resolução do contrato do empregado estável, em caso de falta grave, mediante inquérito judicial, “porque se exaure no poder jurídico de produzir um efeito jurídico”, desde que a nenhuma prestação fica obrigado o trabalhador, cujo cumprimento possa ser exigido. Tal direito se limita a obter a dissolução do vínculo através de sentença constitutiva. Que o exercício desse direito fique, por lei, sujeito a determinadas condições e se subordine ao controle judicial não é coisa que possa causar estranheza”.

Em suma, por mais que se esforcem os adeptos da teoria relacionista, não há como fugir a esta questão fundamental: sem a vontade do trabalhador e sem a vontade do chefe da empresa, a relação de trabalho não se constitui, isto exatamente porque o trabalho é livre e não obrigató-

(5) Maranhão, Délio — **Direito do Trabalho**.

rio. E daí a necessária conclusão de que a relação de trabalho é de natureza contratual.

Entendem, ainda, os relacionistas encontrar melhor explicação para a figura jurídica da substituição do empregador, uma vez que a legislação trabalhista afasta-se do princípio civilista do efeito relativo dos contratos frente ao terceiro adquirente ao impor-lhe a assunção de todas as obrigações. Sustentam que, se o trabalhador continua prestando seus serviços, seria em razão de um novo contrato, com o grave risco da perda de direitos pendentes. Admitida, porém, a tese da relação de trabalho, esta continuaria inalterada, pois o empregado está mais ligado à própria empresa que a determinado empregador.

Na realidade, para justificar o instituto não será necessário recorrer à insegura teoria institucional ou comunitária de empresa, porque, de fato, o assalariado não forma parte da empresa, mas, isto sim, está a seu serviço. Dentro da tese contratual, que a maioria dos doutrinadores defende, nada mais simples e jurídico do que admitir-se a indefectibilidade do vínculo "ope legis".

De tudo que ficou exposto, chegamos à conclusão de que o contrato é único instrumento jurídico adequado para a criação é o desenvolvimento de relações jurídicas entre empregado e empregador. Não se deve enxergar no **intervencionismo** a sua sentença de morte. Pelo contrário, este revigorou a "justiça contratual", porque a normatização do contrato de trabalho o tornou mais livre e igual, ao devolver ao trabalhador a liberdade que o radicalismo individual do Século XIX sufocara.

*

ALMEIDA JÚNIOR: SUBSÍDIOS BIBLIOGRÁFICOS

Jorge Luiz Antonio
(Itu, SP)

Este trabalho, iniciado em fevereiro de 1978, deu origem a uma monografia, intitulada "Tempo, Vida, Obra, Morte e Glória de Almeida Júnior: 1850-1899", escrito em maio de 1978, para um Concurso de Monografias.

Conquanto escasso de material, contando com dificuldades diversas, inclusive tempo, o trabalho serviu de orientação e base para novas pesquisas.

E a coleta de dados continuou.

A bibliografia é ampla, e nós a subdividimos em: Artes Plásticas, Itu e Almeida Júnior; neste, há outras subdivisões: discursos, fontes documentais, fontes manuscritas e epistolares, instituições, livros e artigos, e periódicos.

Neste artigo, pretendemos apresentar uma relação comentada dos livros e artigos sobre Almeida Júnior.

Os comentários sobre a bibliografia apresentada estão seguidos de um número em parêntese, que é o da relação bibliográfica consultada.

Sobre José Ferraz de Almeida Júnior, pintor, nascido em Itu a 8 de maio de 1850, e assassinado em Piracicaba aos 13 de novembro de 1899, muitos escreveram e poucos acrescentaram novos dados. Há como que uma repetição por vezes enfadonha: se não houver um esquema predefinido, o pesquisador perder-se-á na imensidão bibliográfica.

A presente coletânea, sob o título "livros e artigos", compreende as citações mais substanciais sobre o pintor ituano.

Contudo, dos 106 livros e artigos coligidos, apenas Gastão Pereira da Silva (96), em 1946, publicou um livro sobre a vida e obra de Almeida Júnior, conquanto dê análise freudiana à sua obra. Até a presente data, é o único livro totalmente dedicado ao pintor de caipiras.

Do ponto de vista biográfico, não podemos confiar totalmente num romance histórico, em que certas concessões de imaginação são feitas. Contudo, o trabalho apresenta poucos lapsos ou enganos biográficos, como é o caso do namoro ou noivado de Almeida Júnior com Maria Laura, antes de ir a Paris.

Uma excelente contribuição ao estudo da infância de Almeida Júnior, Taunay (101, 102 e 103) apresenta subsídios importantes que, juntamente com os artigos de Francisco Nardy Filho e João Batista de Souza, contribuem para uma visão geral de sua infância.

Para melhor entendê-lo em sua época, no contexto da história das artes no Brasil, leiam os trabalhos de Fernando de Azevedo (11), Pietro Maria Bardi (18), Luiz Gonzaga Duque Estrada (37), Félix Ferreira (38), Ezequiel Freire (39), Laudelino Freire (40), Lourival Gomes Machado (54), Luís Martins (55, 56, 57 e 58), Sérgio Milliet (61 e 62), Lucas de Monterado (65), Flávio Motta (67), Roberto Pontual (82), M. Eduardo da Silva Prado (85), José Maria dos Reis Júnior (87), Paulo Alves Siqueira (98), Gilda de Mello e Souza (99), e Henry Thomas (105).

Tentando esboçar comentários sobre sua morte, mas sempre omitindo informações, e caindo no suspense, temos os artigos de Vicente de Azevedo (13 e 14), que continha muitas informações a prestar, mas preferiu focar o amor de Almeida Júnior.

Contudo, sobre o seu assassinato, Raimundo de Menezes (59) faz um bom trabalho de compilação das versões.

Sobre bibliografia almeidiana, somente encontramos o livro de Theodoro Braga (21) de 1942. Sobre as notícias do centenário de nascimento de Almeida Júnior, a revista do Arquivo Municipal trouxe bibliografia interessante (9).

Francisco Nardy Filho (69, 70, 71, 72, 73, e 74), conquanto fosse ituano, trouxe poucas contribuições ao assunto: sobre a infância, escreveu um artigo, os personagens que ajudaram Almeida Júnior a ir ao Rio de Janeiro, o ano de 1875 e seu trabalho em Itu (embora falho).

Como disse um cientista, qualquer pesquisa leva mais tempo do que queremos ou imaginamos.

Por isso, nosso trabalho ainda não está completo, pois continuamos as pesquisas, a fim de melhor enriquecer a bibliografia e o assunto.

Até prova em contrário, o nosso trabalho é o terceiro no gênero de subsídios bibliográficos sobre José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899).

LIVROS E ARTIGOS SOBRE ALMEIDA JÚNIOR

1. ACQUARONE, Francisco. *Mestres da Pintura no Brasil*, RJ, Ed. Paulo de Azevedo Ltda, 1898.
2. AMARAL, Aracy. *Artes Plásticas na Semana de 22*, - subsídios para uma história da renovação das artes no Brasil, SP, Ed. Perspectiva SA, 1976, 3ª edição, p. 28.
3. AMARAL, Tancredo do. *A História de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis*, SP, Alves & Cia. Editores, 1895, pp. 216/223.
4. Idem. *Ensino Cívico - O Estado de São Paulo*, SP, Alves & Cia. Editores, 1896; capítulo XV - Letras e Artes, p. 189.

5. ANDRADE, Mário de. Aspectos das Artes Plásticas no Brasil, SP, Livraria Martins Editora, 1965.
6. Idem. Padre Jesuíno do Monte Carmelo, SP, Livraria Martins Editora, 1963, pp. 43 e 90.
7. ANTONIO, Jorge Luiz. Tempo, Vida, Obra, Morte e Glória de Almeida Júnior: 1850 - 1899, Itu: monografia inédita, premiada em 1º lugar pela Fundação Ubaldino do Amaral (Sorocaba), em concurso de maio de 1978.
8. ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL. Petrópolis, MEC, vol. XXI a XXXI, 1960, - 70 p. 67.
9. ARQUIVO MUNICIPAL, Revista do. Centenário de Ezequiel Freire e de Almeida Júnior, SP, volume CXL, junho de 1950, pp. 13 - 17.
10. AYROSA, Plínio. Nomenclatura das ruas de São Paulo, SP, Revista do Arquivo Municipal, volume 34, abril de 1937, p. 89.
11. AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira - Introdução da Cultura no Brasil, Editora Universidade de Brasília, Biblioteca Básica Brasileira, vol. nº 4, 4ª edição, 1963; Cultura Artística, pp. 433, 460, 461, 462, 464 e 467.
12. AZEVEDO, Dr. Miranda de. Notas Biographicas - Dr. Domingos Freire, Dr. Campos da Paz, Almeida Júnior, SP, Typographia Andrade, Mello & Comp., 1899.
13. AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. A Noiva. SP, Revista da Academia Paulista de Letras, ano XXX, nº 82, dezembro de 1973, pp. 119/128.
14. Idem. Saudade. SP, Separata do nº 95 da Revista da Academia Paulista de Letras, 1978.
15. BADEM, Enciclopédia. Direção Editorial de Orlando Vicente, Ed. Iracema, 3ª edição, 1976; volumes: 1 (pp. 127 e 241 - 2), e 6 (pp. 160 - 161).
16. BARATA, Mário. Artes Plásticas do Brasil, in LEICHT, H. História Universal da Arte, SP, Ed. Melhoramentos, 1965, p. 529.
17. BARDELLI, Antonio Carlos. Brasileiro no sentir e no vibrar de todas as suas telas. Monografia inédita, 3º lugar no Concurso de Monografias "Almeida Júnior", maio de 1978, Itu.
18. BARDI, Pietro Maria. História da Arte Brasileira - Pintura - Escultura - Arquitetura - Outras Artes, SP, Cia.Ed. Melhoramentos, 1975, pp. 165, 178, 181.
19. BÉNÉZIT, Emmanuel. Dictionnaire des Peintres, Sculpteurs, dessinateurs et graveurs de tout les temps et de tous les pays par un groupe d'écrivains spéciaux listes français et étrangers. Paris: Librairie Grúnd, tome premier: AA-Bonnard, p. 120.
20. BENTON, William (editor). Enciclopédia Barsa, RJ - SP, Ed. Melhoramentos, 1965.
21. BRAGA, Theodoro. Para a Posteridade - Artistas pintores no Brasil, SP, São Paulo Editora, 1942, p. 31.
22. BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São Paulo, RJ, Livraria José Olympio Editora, 1954, volume III, pp. 1289, 1309, 1311, 1312, 1379, 1467.
23. CAMPOS, Prof. Ernesto de Souza. José Ferraz de Almeida Júnior - homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comemorando o primeiro centenário de seu nascimento. 1850 - 1899. SP, revista do IHGSP, vol. 50, p. 91/100.

24. CAMPOS, Vinício Stein. Elementos de Museologia – História dos Museus, III volume – Brasil, SP, Gráfica da Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo, s/ data, p. 9.
25. CANTÚ, Césare; VASARI, Giorgi; e SAINT-BEUVE. Biografias de Homens Célebres, SP, Editora das Américas, volume XIX, pp. 195 – 201.
26. COSTA, Filomena Moreira da. Maltraçado esboço da vida e obra do pintor Almeida Júnior, Itu, monografia inédita, 2º lugar no Concurso da Fundação Ubaldo do Amaral (Sorocaba).
27. CONSELHO DE ORIENTAÇÃO ARTÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E SUAS ATIVIDADES (1932 – 1942); Homenagem a Almeida Júnior em 1942; pp. 153 – 159; Mausoléu a Almeida Júnior, pp. 159 – 162; São Paulo, 1942.
28. COSTA, Tristão Mariano da. A Cidade de Ytú; in LISBOA, José Maria (organizador). Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1881, 6º anno, SP, Typographia da “Província”, 1880.
29. COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral. Linhas Esparsas, SP, Typographia Edelbrock & Moreira, 1893.
30. DAUNT, Ricardo Gumbleton. Diário da Princesa Isabel, SP, Editora Anhembi, 1957, pp. 45/6.
31. DELTA LARROUSSE, Grande Enciclopédia. RJ, Editora Delta, volume I, 1970.
32. DICIONÁRIO BRASILEIRO DE ARTES PLÁSTICAS. Organização de Carlos Cavalcanti, RJ, MEC – INL, volumes 1 a 3, 1973.
33. DUARTE, Paulo. Mário de Andrade por ele mesmo. SP. Editora Hucitec, 1977, pp. 183, 200, 327.
34. ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA GLOBO. Organização de Álvaro de Magalhães, RS, Editora Globo, 1974, volume I: A – Andes, p. s/nº.
35. ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA MÉRITO. SP-RJ-RS, Editora Mérito SA, volume I: A – Ange, p. 482.
36. ENCICLOPÉDIA DE GRANDES BRASILEIROS. Encarte da Revista “História”, SP, Editora Três, s/ data e sem número.
37. ESTRADA, Luiz Gonzaga Duque. A Arte Brasileira (Pintura e Escultura), RJ, Imprensa a vapor H. Lambaerts & C., 1888.
38. FERREIRA, Félix. Bellas Artes (Estudos e Apreciações), RJ, Baldomero Carqueja Fuentes (editor), 1885.
39. FREIRE, Ezequiel. Livro posthumo, SP, Wisflag Irmãos, 1910; Crítica – Almeida Júnior, pp. 141 – 147.
40. FREIRE, Laudelino. Um século de pintura – 1816 – 1916. RJ, Typographia Rohe, 1916; José Ferraz de Almeida Júnior, fase IV, pp. 291/375.
41. Idem. Pedro II e a Arte no Brasil. RJ, Imprensa Nacional, 1917, pp. 83/85.
42. Idem. Discursos. RJ, Editora Luz, 1925; Pedro II e a Arte no Brasil, pp. 7/45; A pintura no Brasil, pp. 45/77.

43. GALVÃO, Alfredo. Alunos premiados na Academia Imperial de Belas Artes, RJ, Arquivos da Escola Nacional de Belas-Artes, Universidade do Brasil, 1958, p. 71.
44. GISMONDI, Pedro Caminada Manuel -. Tentativa de uma pequena história da Arte no Brasil, SP, Publicações Convívio, 1964, p. 27.
45. GUIMARÃES, Argeu. História Artística. In "Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil," RJ, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional, 1922, pp. 1607 e 1615.
46. GUIMARÃES, Dr. Manoel Pereira de. Discurso do Dr. Manoel Pereira de Guimarães, fazendo o elogio histórico dos socios fallecidos, SP, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume 5^o pp. 296/312, 1901.
47. JORGE, Fernando. Vidas de grandes pintores do Brasil. SP, Livraria Martins Editora, 1954; Almeida Júnior, pp. 13 - 23.
48. LEITE, Aureliano. Subsídios da civilização paulista. SP, Editora Saraiva, 154, pp. 254/5.
49. LEME, Silva. Genealogia Paulistana. SP, volume 1^o, p. 198, título - Campos.
50. LIVRO DO CENTENÁRIO (1500 - 1900). Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, RJ, Imprensa Nacional, 1901; I - Bellas Artes - Memória, por H. Coelho Netto, p. 60.
51. LOBATO, Monteiro. Idéias de Jeca Tatu, coleção "Obras Completas", 1^a série, Literatura Geral, volume 4, SP, Editora Brasiliense, 1946; Almeida Júnior, pp. 77/88.
52. LOBO, Chiquinha Neves. Pintores de Minha Terra, SP, 1950, pp. 73/87.
53. MACEDO, Sérgio D. T. As Artes no Brasil, RJ, Distribuidor Record, 2^a edição, 1967.
54. MACHADO, Lourival Gomes. Retrato de Arte Moderna do Brasil, SP, Departamento de Cultura, 1947, pp. 24/27.
55. MARTINS, Luís. Arte e Polêmica, PR-SP-RJ, Editora Guaíra Ltda, 1942; capítulo III - O colorido da pintura paulista, pp. 31/40.
56. MARMO, Prof. Felício. Memórias de um Mestre-Escola, SP, Ind. Gráfica Bentivegna Editora Ltda., 1974, p. 121.
57. MARTINS, Luís. A Arte Paulista nos séculos XIX e XX (pintura - escultura - arquitetura), in ENSAIOS PAULISTAS, contribuição de "O Estado de São Paulo" às comemorações do IV Centenário da Cidade, SP, Editora Anhambi S/A, 1958, pp. 168/179.
58. Idem. Artes Plásticas em São Paulo, in SÃO PAULO - ESPÍRITO, POVO, INSTITUIÇÕES, de J. V. Freitas Marcondes e Osmar Pimentel, SP, Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 404.
59. MENEZES, Raimundo de. Crimes e Criminosos Célebres. SP, Editora Martins, 1962, p. 215.
60. MILANO, Prof. Miguel. Vidas de Homens Ilustres Brasileiros. in "Biografias de Homens Célebres", de Césare Cantú, Giorgi Vasari e Saint-Beuve, SP, Editora das Américas, volume XIX, pp. 195 - 201.

61. MILLIET, Sérgio. Ensaio. SP, Sociedade Imprensa Brasileira, 1938.
62. Idem. Pintura quase sempre. RS, Editora da Livraria "O Globo", 1944.
63. Idem. O ituano Almeida Júnior. In "Brasil, Terra & Alma - São Paulo, SP, Editora do Autor, Seleção de Luís Martins, 1967, pp. 82/3.
64. MIRADOR, Enciclopédia. volume I.
65. MONTERADO, Lucas de. História da Arte (com um apêndice sobre as artes no Brasil). RJ, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1978, pp. 301/2.
66. MORAES, Rubens Borba de, e BERNIER, William. Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. RJ, Gráfica Editora Souza, 1949.
67. MOTTA, Flávio. As Artes Plásticas em São Paulo, in "São Paulo, Terra e Povo", organização de Ernani Silva Bruno. RS, Editora Globo, 1968.
68. NACIONAL, Arquivo - Ministério da Justiça. Dom Pedro II e a Cultura. RJ, Publicações Históricas, 9ª série, nº 82, 1977; ref. AJ, 1121.
69. NARDY FILHO, Francisco. Notas Históricas do Convento do Carmo de Itu (Estado de São Paulo) - 1719 - 1919, SP, Typographia Canton.
70. Idem. A Cidade de Ytu, volume I, SP, Escolas Profissionais Salesianas, 1928.
71. Idem. O vigário Pe. Miguel Corrêa Pacheco. SP, Oficinas Gráficas da "Ave Maria", 1933.
72. Idem. A Cidade de Itu, 2º volume, 1930.
73. Idem. idem. 3º volume, R. Silveira Martins, 108, SP, 1950.
74. Idem. idem. 4º volume, 1951.
75. NERO, Virginia del. Evocação. In "História e Histórias", livro coligido por vários professores da Escola Normal de Piracicaba, 1929.
76. OLIVEIRA, Profa. Carolina Rennó Ribeiro de. Biografias de Personalidades Célebres, SP, Editora do Mestre Ltda., 9ª edição, p. 169.
77. OLIVEIRA, José Teixeira de (organização). Dicionário Brasileiro de Datas Históricas, RJ, Departamento da Imprensa Nacional, 1950, 2ª edição, pp. 188 e 395.
78. PERETTO, Benedicto Lacorte. Almeida Júnior. SP, separata da Revista "Investigações", ano XI, junho de 1950, nº 18, Tip. do Departamento de Investigações, pp. 121/133.
79. Idem. Pintor Graciliano Vicente Xavier. SP, Revista Investigações, ano II, nº 19, julho de 1950, p. 11/9.
80. PIZA, Profa. I. Maria José de Toledo. Itu Cidade Histórica, Itu, separata da revista nº 1 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio, 1972; Arte-Pintura: José Ferraz de Almeida Júnior, p. 55.
81. PONTE, Cândido A. (org.). Ensino Renovado de Biografias, SP, FORMAR, 1º volume, A - C, s/d, ed. s/nº, pp. 53/4.
82. PONTUAL, Roberto. Dicionário das Artes Plásticas no Brasil. Editora Civilização Brasileira, 1969, pp. 16 - 18.

83. PRADO, Antonio de Almeida. Um dia depois do outro. SP, Editora do Clube do Livro, 1965; Tipos populares na pintura de Almeida Júnior, pp. 218/224.
84. Idem. Crônica de Outrora – “O bom filho à casa torna”. SP, Editora Brasileira, pp. 1/49.
85. PRADO, M. Eduardo da Silva. Capítulo XVIII – L’art, p. 534; in LE BRÉSIL EN 1889, redigée par un groupe d’écrivains brésiliens sous la direction de M. F. – J. de Sant’Anna Nery, Paris, Librairie Charles Delagrave, 1889.
86. RAFFARD, Henrique. Alguns Dias na Paulicéia. SP, Biblioteca da Academia Paulista de Letras, volume 4, 1977, p. 96/7.
87. REIS JÚNIOR, José Maria dos. História da Pintura no Brasil, Editora L.E.I.A., SP, 1944, pp. 150/79 e 180/241.
88. REVISTA DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. Notas Diversas – Autores e Falsificadores, ano V, 12.6.1942, nº 18, pp. 177/8.
89. RIBEIRO, José Jacintho. Chronologia Paulista, ou relação Histórica dos factos mais importantes ocorridas em S. Paulo desde a chegada de Martim Affonso de Souza a S. Vicente até 1898, SP, Diario Official, 1º volume, 1899.
90. RUBENS, Carlos. Pequena História das Artes Plásticas no Brasil, SP, Cia. Editora Nacional, 1941, pp. 89/92.
91. Idem. Andersen – pai da pintura paranaense. SP, Genauro Carvalho (editor), pp. 10, 11, 35, 77 e 80, ed. s/d.
92. SANTOS, José de Almeida. Os Castanhos (episódios provincianos). Buenos Aires, Talleres Graficos Americalec, 1946.
93. SÃO PAULO E SEUS HOMENS NO CENTENÁRIO. SP, A Independência Editora, 1922, 1º volume, p. 191.
94. SÉCULO XX, Enciclopédia. RJ, Livraria José Olympio Editora, 1º volume, 1972, p. 86.
95. SILVA, Antonio Carlos Pacheco e. Discursos dos Acadêmicos Pedro Ferraz do Amaral e Antonio Carlos Pacheco e Silva na sessão solene de 18.9.1975. SP, Academia Paulista de Letras, p. 40/41.
96. SILVA, Gastão Pereira da. Almeida Júnior, sua vida, sua obra. SP, Editora do Brasil, 1946.
97. SILVEIRA, Alarico (organizador). Enciclopédia Brasileira, RJ, Edmundo Bittencourt (patrocínio), MEC – INL, 1958, tomo I: A-Anzol-de-tenda, p. 363.
98. SIQUEIRA, Paulo Alves. Três Grandes Pintores Brasileiros – Traços Críticos e Biográficos. SP, Revista dos Tribunais, 1937, pp. 21 – 4.
99. SOUZA, Gilda de Mello e. Pintura brasileira contemporânea: os precusores. SP, Discurso, revista, ano V, nº 5, 1975.
100. SUCUPIRA FILHO, Eduardo e SILVA, José de Carvalho e. Dicionário Biográfico Edigraf, São Paulo, Gráfica e Editora Edigraf SA, 1973, pp. 23/24.
101. TAUNAY, Affonso de Escragnole. Guia da Secção Histórica do Museu Paulista, SP, Imprensa Official do Estado, 1937; cap. VI – sala A 9 Consagrado às Monções, pp. 71/72.

102. Idem. Guia do Museu Republicano "Convenção de Itu". SP, Departamento Estadual de Informações - DEI, 1946.
103. Idem. José Ferraz de Almeida Júnior. SP, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, volume 57, 1952, pp. 81/99.
104. TESOURO DA JUVENTUDE. W. M. Jackson Inc., Editora Brasileira Ltda., 1963, volume XVI; "Arte Brasileira depois da Independência", pp. 278/294.
105. THOMAS, Henry e MARTINS, Luís, e MENDES, Oscar. A Arte Através dos tempos. Coleção "Os quatro livros do saber", volume III, RS, Editora Globo, 1970; A pintura paulista, pp. 64/7.
106. TRÓPICO, Enciclopédia. SP, Edições Martins, 1955, volume 5, pp. 425 - 30.

*

LUTAS SOCIAIS NO OUTONO DO IMPÉRIO

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
(Unesp-Franca, SP)

De extremado interesse para a historiografia brasileira é o ensaio de Armando Souto Maior QUEBRA-QUILOS: LUTAS SOCIAIS NO OUTONO DO IMPÉRIO, coedição da Companhia Editora Nacional e Instituto Nacional do Livro/MEC, publicado em 1978, na série Brasileira, vol. 366, onde o Autor, apoiando-se basicamente na imprensa da época, bem como na tradição popular, consegue analisar, com muito critério, os acontecimentos tão graves e marcantes que ocorreram no Nordeste Brasileiro, no último quartel do século XIX.

Demonstra-nos inteligentemente o quão estava impossibilitado o Império Brasileiro de promover quaisquer reformas, e que o movimento Quebra-Quilos, no Nordeste em 1874, é apenas um dos aspectos da crise que a imobilidade do Império não pode evitar.

Não fora tal movimento um fenômeno isolado, restrito apenas a Pernambuco e Paraíba, mas que se espalhou, como já nos referimos, por todo o Nordeste, principalmente devido ao excesso de tributação que determinou a adoção de um novo sistema de pesos e medidas — o sistema métrico-decimal.

O noticiário da imprensa nordestina nesta época da sedição é incompleto, conforme nos relata Souto Maior “e seria extremamente perigoso segui-lo historicamente como eixo fatural. Há reservas, cautelas, afogando fatos”. (p. 31) Bem por isto, o A., criteriosamente, lança mão de rica bibliografia para completar sua pesquisa.

Fora de tal ordem a rapidez da propagação do movimento Quebra-Quilos, que se pode observar mínimas diferenças de tempo da sua eclosão entre uma região e outra, havendo inclusive identidade de aspectos em todas as áreas, quais sejam, basicamente, a destruição de pesos e medidas e os ataques aos Cartórios e Câmaras Municipais, já que haveria igualmente uma identidade de situações econômico-sociais abrangentes, em seu mais “lato sensu”.

O movimento fora, em sua essência, de origem popular: o vender a produção nas feiras do Nordeste é a continuidade de uma tradição, ao mesmo tempo que uma forma de sobrevivência do pequeno produtor. “As feiras do Nordeste, como em geral as de todo o Brasil, constituíram e constituem, ainda hoje, o grande encontro sócio-econômico da população do interior. Nela se vêem e revêem os conhecidos, compra-se, vende-se, fala-se, discute-se e briga-se”. (p. 55)

Eis o porquê de os quebra-quilos escolherem justamente os dias de feiras para realizarem seus ataques, mesmo ainda porque nestas feiras se cobravam alguns impostos municipais, dentre os quais o chamado "imposto do chão". Daí ser a feira o melhor local para qualquer protesto ou reivindicação.

Conforme nos esclarece o A., "a expressão quebra-quilos não é nordestina. Aparece no Rio de Janeiro por ocasião das arruaças de 1871, quando alguns grupos de marginais e desocupados depedriram casas comerciais que estavam usando o novo sistema de peso e medidas. Como gritassem **Quebra os quilos ! Quebra os quilos !** a expressão passou genericamente a indicar todos os participantes dos movimentos de contestação ao governo no que diz respeito ao recrutamento militar, à cobrança de impostos e à adoção do sistema métrico-decimal. Nem a arquivística nacional escapou a essa generalização. Ainda hoje, parte da documentação sobre esses acontecimentos acha-se reunida em um só códice, no Arquivo Público Nacional, onde quebra-quilos paraibanos e pernambucanos, juntamente com revoltadas mulheres mineiras e paulistas contra o recrutamento militar, repousam na serenidade de uma única classificação". (p. 56)

Interessante de observar-se, ao longo deste ensaio, o fato de que nos processos instaurados contra os quebra-quilos, havia a preocupação de não serem eles identificados como criminosos, assumindo, quase sempre, a posição de vítimas ou de heróis.

Não se pode afirmar que este movimento fosse político, mesmo porque não investiu contra o Imperador, aliás sempre muito distante da realidade em que vivia ! ...

O número de componentes destes grupos armados que invadiam as feiras, destruindo pesos e medidas e queimando cartórios, oscilava muito: às vezes, trinta elementos, outras, trezentos.

Informa-nos o A. que a "primeira defesa dos quebra-quilos apareceu no dia 28 de novembro, em forma de volantes, distribuídos pela cidade. No dia seguinte, "A Província" a publicaria na íntegra." (p. 58)

O noticiário da imprensa da época é bastante contraditório em relação a este movimento: ora pretendendo minimizar a insurreição, demonstrando seu caráter popular e que o Partido Liberal nada tinha a ver com o movimento; ora, tentando demonstrar a participação dos jesuítas nele, em decorrência da Questão Religiosa e ora, ainda, tentando mostrar a influência de pessoas importantes (caso, por exemplo, dos juizes de direito), neste conflito.

O que no entanto não se pode negar, segundo a análise do A., é que "paralelamente às violentas manifestações dos quebra-quilos, circulavam na capital e interior, moderados manifestos de adesão aos bispos presos. Ambos atingem o governo." (p. 76)

Acrescenta, todavia, que não há ligação material completa entre o Quebra-Quilos e o clero.

Porém o antijesuitismo aumentaria, e, com inúmeros adeptos, tanto que o governo de Pernambuco não descansou enquanto não obteve junto ao governo Imperial, a expulsão dos padres estrangeiros. Conseguindo obter alguns documentos em Soledade, aproveitou-se da oportunidade, agrupando “onze” provas para incriminar os jesuítas e demonstrar sua “subversão” (o A. transcreve-as às páginas 86, 87 e 88).

Interessante ao se analisar as referidas “provas”, que elas de forma alguma são suficientes e objetivas para incriminar ou testemunhar a participação dos jesuítas no Quebra-Quilos. Convém salientar que a deportação dos padres provocou reação de alguns católicos e dos políticos do Partido Liberal.

Analisando a evolução tributária no período que antecede ao Quebra-Quilos, diz-nos Souto Maior que, em Pernambuco, no período de 1870 a 1874, foram criados 32 impostos novos e suprimidos 13, sendo elevadas as taxas de 59 e reduzidas as de 36. Realmente nossa carga fiscal esteve sempre acima das possibilidades tributárias reais do Brasil. E ainda nos diz mais o A.: “O Recife de 1873 era uma cidade de protestos. O jornalismo de crítica e de debates multiplicou-se rapidamente nessa época, surgindo A Liberdade, O Jesuíta, O Excomungado, o Liberal Pernambucano, A Luz, O Trabalho, O Verdadeiro Catholico, A Lanterna e O Postilhão, onde idéias conservadoras, liberais, abolicionistas e republicanas, maçônicas e jesuíticas tentavam aliciar a opinião pública.” (p. 96.) Portanto, 1873 marca na história do Recife, uma verdadeira luta entre Maçonaria e Jesuítas.

Curiosamente observamos que sempre os quebra-quilos gozaram de simpatia entre os mais humildes (de onde, aliás, a maioria era oriunda), e que as lideranças populares desta época dissolviam-se no movimento e em ataques imprevistos. Daí, muito embora o Governo houvesse insistido para que os principais “cabeças” do movimento fossem identificados, não era viável que isto pudesse ocorrer.

Comenta-nos o A. que “No auge da agitação, isto é, em dezembro de 1874, são comuns as notícias de bandidos infiltrados nos grupos de quebra-quilos. Mesmo contraditória e primária, os quebra-quilos, tinham uma ideologia. Entretanto, o bandido rural que a eles se achega, de modo geral, não tem ideologia nenhuma nem sua turbulência tem qualquer sentido antifiscal ou religioso. Impõe-se toda cautela na análise do banditismo rural como fenômeno de revanche social ou política

e os casos singulares de certos bandos jamais deverão conduzir às generalizações românticas.

Filhos do isolamento de regiões e difícil acesso ao poder judiciário, esses bandidos são endêmicos durante o movimento quebra-quilos. Muitas vezes receberam proteção, por medo ou por conveniência, e, em outras mais raras, por compadrismo, de proprietários rurais inseridos no mesmo universo cultural.

Muito raramente o bandido rural, o assassino, é um quebra-quilos. Em geral suas vinculações sociais raramente têm sentido contestatório a uma ordem ideologicamente rejeitada.” (p. 164)

Fora portanto o Quebra-Quilos, coletivo, e, uma onda de revolta contra o pagamento de impostos, com o objetivo de destruir os novos pesos e medidas do sistema métrico-decimal, e os ataques aos Cartórios, bem como a reação contra o Alistamento Militar, as principais e mais objetivas causas que se vêem nesta insurreição.

Por ser justamente um movimento coletivo, atingiu também Alagoas (embora tal Província, por ocasião da eclosão dos Quebra-Quilos, não apresentasse déficit orçamentário como em Pernambuco), bem como o Rio Grande do Norte, onde o coronelismo nordestino aí apareceria com toda a sua força.

Interessante notar que o referido movimento será também visto como espetáculo teatral, quadrinha chistosa, burla, humor grosseiro e rótulo de cigarros, como nos analisa Souto Maior. Mas seria justamente nos rótulos de cigarros da época, a crítica que mais atingiria o público. “Os acontecimentos mais importantes da vida de então, inclusive os de natureza política, foram marcas, efêmeras ou duradouras, de cigarros”. (p. 197)

Também “durante muito tempo, uma chita popular estampada a preto e a vermelho, foi chamada de quebra-quilo”. (p. 198)

Convém mencionar ainda que por ocasião do Quebra-Quilos, a escravidão no Brasil já era uma instituição em decadência e os quilombos seriam uma consequência histórica dessa desarticulação senhorial e do comércio externo e interno. No entanto, o referido movimento oferece-nos dificuldades de comparação com as revoltas negras, já que não fora uma revolta de escravos, mas sim de homens livres. Embora aparecesse negros e mulatos entre os quebra-quilos, a tão desejada liberdade, desordenadamente procurada com a destruição dos papéis nos Cartórios, seria mais consequência do que propriamente causa da insurreição (muito embora na Paraíba os escravos tivessem vislumbrado no Quebra-Quilos a grande oportunidade de sua redenção).

Poder-se-ia pois dizer, concordando com o A., que o Quebra-Quilos fora resultado da evolução histórica da economia do Império e seus agentes mais visíveis nem sempre tiveram noção do que fosse o

Estado e toda sua máquina de soldados e policiais, cobradores de impostos, da diferenciação das classes sociais, da concentração fundiária etc. Em outras palavras, não tiveram eles uma organização duradoura e toda sua ideologia fora vaga e imprecisa, e, por isto mesmo, não pôde ser absorvida pelas idéias republicanas ou abolicionistas que agitaram o Brasil nas últimas décadas do século XIX.

*

*

*

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Bandecchi, Brasil — Notas e Perfis. São Paulo, Museu Paulista, 1980. 192 pp. (Coleção Museu Paulista, série História, vol. 9.)

Reunindo catorze ensaios, de mais variada natureza, publicados em revistas já de acesso difícil aos leitores de hoje, o autor prestou assinalado serviço às letras históricas com estas **Notas e Perfis**, último volume (9^o) da série História da Coleção Museu Paulista. Café, escravidão, história política e constitucional, imigração italiana, perfis de Couto de Magalhães, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu, Pádua Sales e Juscelino Kubitschek, são os temas que oferece ao leitor, tendo, criteriosamente, o cuidado de indicar as referências bibliográficas relativas às publicações originais de todos os catorze estudos aqui reunidos. Sem menosprezo aos demais, merecem destaque: “Apontamentos sobre o café”. “Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil”, “A primeira análise global da Constituição de 1824”, “Os primórdios do movimento republicano em São Paulo” e “O Golpe de 3 de Novembro de 1891 e sua repercussão em São Paulo”. O volume traz apresentação de Setembrino Petri, diretor do Museu Paulista. ONM (Cortesia do autor.)

Boletim de Geografia Teorética, vol. 10, nº 19. Rio Claro, 1980.

Em seu último número, a importante revista rioclarense, órgão da Associação de Geografia Teorética oferece-nos: “O Humanismo Contemporâneo em Geografia” (J. Nicholas Entrikin), “A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária” (José de Souza Martins), “Expansão da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo” (Lúcia Helena de Oliveira Gerardi), “Características do comportamento espacial da lavoura canavieira no Estado de São Paulo entre 1920 e 1970” (Miguel Cezar Sanchez); notas e resenhas por Antonio Olívio Ceron, Antonio Christofolletti e Odeibler Santo Guidugli. ONM (Cortesia da AGETEO, Rio Claro.)

Brasil: Tempo e Cultura, III, História, Ciências Sociais e Realidade Brasileira, João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, 1980. 244 pp.

Reúne o presente volume as comunicações apresentadas ao Terceiro Seminário Paraibano de Cultura Brasileira, realizado em João Pessoa no mês de setembro de 1979. São seus autores: Octaciano Nogueira ("História e Pesquisa histórica no Brasil"), Paulo Bonavides ("História e Direito: o problema da História e Romanismo em Savigny"), Hélio Jaguaribe ("História e Política"), Odilon Nogueira de Matos ("História e Economia: Fontes para a História Econômica do Brasil"), José Octavio ("História presente e Realidade Social Paraibana"), Vamireh Chacon ("História e Sociologia: a Questão Nordestina") e José Honório Rodrigues ("A Tradição, a Memória e a História"). Nossos cumprimentos ao Professor José Octavio, promotor do Seminário e a cujos esforços devemos a publicação deste belo volume. ONM (Cortesia da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba.)

Cláudio, Afonso — Insurreição do Queimado: episódio da História do Espírito Santo. Apresentação e notas de Luiz Guilherme Santos Neves; com uma relação de documentos existentes no Arquivo Público Estadual, elaborada por Fernando Achiamé. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979. 160 pp. (Coleção Estudos Capixabas, vol. 2.)

Dando prosseguimento à Coleção Estudos Capixabas, a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, órgão vinculado à Universidade Federal do Espírito Santo, reedita, com base no texto da edição de 1927, o trabalho de Afonso Cláudio que trata da revolta de escravos ocorrida em março de 1849 no distrito de São José do Queimado, no município da Serra, ES. Dessa revolta, efêmera mas particularmente dramática, muito permanece ainda inexplicado, o que se deve sobretudo ao extravio não só do processo-crime, como também de confissões, interrogatórios e sentenças. A presente edição, diz a nota de apresentação do volume, "não se propõe, em última análise, a esclarecer todos esses pontos, o que demandaria um trabalho de muito maior amplitude. Propõe-se, sim, a tornar acessível ao público o texto de Afonso Cláudio, até agora uma raridade bibliográfica, e a chamar a atenção para alguns tópicos passíveis de reestudo e reinterpretação". Esta nova edição foi acrescida de um repertório da documentação existente no Arquivo Público Estadual sobre a insurreição e de uma co-

letânea de alguns documentos mais significativos, que certamente serão de interesse para futuros pesquisadores do assunto. O autor, Afonso Cláudio de Freitas Rosa nasceu em 1859 numa fazenda do município de Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, ES. Formou-se em **Direito** pela Faculdade do Recife, tendo sofrido aí forte influência de Tobias Barreto e Sílvio Romero. Abolicionista e republicano, tornou-se o primeiro presidente do Espírito Santo no novo regime. Publicou trabalhos sobre os mais variados assuntos: **Direito Romano, Trovas e Cantares Capixabas, História da Literatura Espírito-Santense, Ensaios de Sociologia, Etnografia e Crítica**, além deste que ora se reedita, publicado em 1927, mas na realidade escrito em 1884, como o atesta a data do prefácio. Afonso Cláudio (tornou-se conhecido por esta forma simplificada de seu nome) é figura por demais lembrada em seu Estado, onde uma importante cidade lembra-lhe o nome. Faleceu em 1934. Convém registrar que a Coleção Estudos Capixabas, em boa hora iniciada pela Fundação Ceciliano Abel de Almeida, publicou, como primeiro volume, **Memórias de um Imigrante Italiano**, de Orestes Bissoli, um dos mais interessantes documentos do gênero, já publicados entre nós. ONM (Cortesia da Editora.)

Colonelli, Cristina Argenton — Bibliografia do Folclore Brasileiro. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. 294 pp. (Coleção Folclore, vol. 20.)

Num país tão carente de informações bibliográficas deve-se saudar com entusiasmo o aparecimento de livros como o que aqui se registra. Elaborado para o I Seminário Internacional de Estudos Brasileiros, promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, em setembro de 1971, a autora atualizou sua bibliografia até 1978, num total de 4.919 registros, dos quais mais de 1.700 acrescidos à edição original apresentada àquele Seminário. O volume traz prefácio do Professor Alfredo João Rabaçal, em que salienta o interesse do trabalho ora publicado, “valioso e indispensável instrumento de trabalho, fruto de intensas e exaustivas pesquisas”, que serão, sem dúvida, continuadas pela autora. ONM

Cordeiro, J. P. Leite — Pesquisas e Conferências. (São Paulo), 1979. 152 pp.

O próprio autor explica o interesse do volume: “As páginas aqui reunidas se constituem de pesquisas feitas e conferências proferidas durante o decorrer de vários anos para o levantamento e esclarecimento do passado”. Assim, ao lado de algumas páginas de circunstância (discursos em ocasiões comemorativas lembrando vultos e episódios de nossa história), oferece-nos o volume estudos mais substanciais sobre assuntos pouco versados: Paulo Eiró, D. Bernardo Rodrigues Nogueira (primeiro bispo de São Paulo), a história da Diocese de São Paulo e o belo estudo sobre José da Natividade Saldanha, com destaque especial para a fase mais curiosa de sua vida, que é a permanência na Venezuela e na Colômbia, após a malograda Confederação do Equador. Este capítulo traz fac-símile da página de rosto do “**Discurso teológico sobre la tolerancia**, publicado por Natividade Saldanha em Caracas em 1826. Outras páginas do volume versam sobre Alcântara Machado e 1932, Pedro Álvares Cabral, Bertioga, Humboldt, Gonçalves Dias, a Família Bonnamy e cartas de Júlio Ribeiro, Gonçalves de Magalhães, Inocêncio Francisco da Silva, Joaquim Norberto e Sílvio Romero. Tudo constituindo excelente contribuição para o “levantamento e esclarecimento do passado”. ONM (Cortesia do autor.)

Costa, Iraci Del Nero da — Vila Rica: população (1719/1826). São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1979. 268 pp. (Coleção Ensaios Econômicos”, vol. 1.)

No presente ensaio, que em boa hora inicia nova coleção (“Ensaios Econômicos”) de um dos mais atuantes centros de pesquisas da vida universitária brasileira, a autora, segundo suas próprias palavras, pretende “apresentar uma colaboração no sentido de se levantar elementos empíricos e aventar hipóteses teóricas para o entendimento mais largo e profundo do processo formativo da população brasileira”. Sua preocupação maior foi interpretar os dados de que dispôs, no quadro sócio-econômico dos três últimos quartos do século

XVIII e do primeiro quartel do século XIX. A relevância de seu empreendimento decorre, não só da originalidade dos elementos empíricos levantados, mas também da importância que se pretende emprestar à “compreensão do fenômeno demográfico inserido no desenvolvimento social e econômico, numa perspectiva regional em seu momento histórico”. Consta o livro de duas partes – “Evolução da população ouro-pretana” e “Vila Rica no censo de 1804” – às quais se segue um apêndice metodológico referente à primeira parte. Louve-se o critério da autora no trato das fontes, que fundamentam, de fato, o belo volume. ONM (Cortesia da autora.)

Ferreira, Tito Lívio – A Ordem de Cristo e o Brasil. São Paulo, Ibrasa, 1980. 236 pp. (Biblioteca “História”, vol. 29)

Numa edição comemorativa do quarto centenário da morte de Camões e de João Ramalho, publica o Acadêmico Tito Lívio Ferreira o presente volume, prenhe de ricas informações sobre a Ordem de Cristo, criada em 1319 pelo Papa João XXII, e que se transformou numa poderosa auxiliar dos portugueses em suas descobertas e na formação das novas províncias. O autor parte das próprias origens do Reino de Portugal para se estender aos primeiros navegadores, à descoberta do Brasil, à primeira expedição povoadora; às origens das municipalidades do nosso País, às capitanias e Santas Casas, às bandeiras e a outros episódios marcantes de nossa História. Encerra a obra um capítulo sobre o testamento de João Ramalho, vindo em anexo um encarte com o sugestivo título “O Brasil continua patrimônio da Ordem de Cristo”. Apraz-nos registrar que a Biblioteca “História”, da Ibrasa, que até o seu volume 24 publicou apenas obras de História Geral, começou a se preocupar com assuntos brasileiros, tendo já publicado cinco títulos valiosos: **Ensaio histórico sobre a Independência**, de Xavier Marques; **Olinda conquistada**, do Padre João Baers; **Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais**, de Ambrósio Richshoffer; a mencionada **A Ordem de Cristo** e, mais recente, **Ouro Preto de meu tempo**, de Aracy Lessa. ONM (Cortesia do autor.)

Geografia, vol. 4, nº 7, abril de 1979. Rio Claro.

É significativo registrar num mesmo fascículo duas publicações geográficas editadas pela mesma entidade, a Associação de Geografia Teorética, de Rio Claro, SP: o **Boletim**, de que já

nos ocupamos linhas atrás e agora mais um número de **Geografia** com o seguinte sumário: “As bases fenomenológicas da Geografia” (Edward C. Relph), “A intensidade da agricultura na temática do desenvolvimento rural” (Olindina Viana Mesquita), “O litoral do município de Salvador” (Florisvaldo Henrique Falk) e “Plant protein in the Amazon Basin” (Helena R. Sobral). Notas e resenhas assinadas por Aldo Paviani, Antonio Christofolletti, Ademir Luiz César e Lígia Celória Poltronieri. ONM (Cortesia da AGTEO.)

Leme, Ernesto — Casa de Bragança: memórias. Pref. de Brasil Bandecchi. São Paulo, Parma, 1981. 134 pp.

Nascido na vizinha cidade de Bragança (atualmente Bragança Paulista, assim rebatizada para diferenciá-la de sua homônima paraense), Ernesto de Moraes Leme, uma das mais altas expressões da vida cultural brasileira, jurista e diplomata com bela folha de serviços ao País, vem de publicar **Casa de Bragança**, livro de memórias em que recorda sua vida até o momento em que ingressou como professor catedrático da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1934. Com muito propósito, escreve Brasil Bandecchi, no prefácio: “Um livro de memórias quando escrito por quem, realmente, tem o que contar, por ter vivido sua época e participado dela, é sempre um documento de valor histórico, mas quando seu autor é um homem da estatura de Ernesto Leme, ele apresenta outra dimensão além do valor documental — a da formação de um caráter na forja do trabalho, do estudo e da luta”. O autor, ao lembrar que se decidiu a publicar desde logo “este punhado de recordações” por compreenderem a fase mais dura e desconhecida de sua vida, acena-nos com a possibilidade, que esperamos se concretize, de continuar suas memórias, narrando a longa e brilhante trajetória de uma vida toda voltada não apenas às coisas da cultura, mas ao serviço de sua terra. Professor da Faculdade de Direito, da qual só se afastou quando a idade a isso o obrigou, delegado do Brasil em reuniões internacionais, Reitor da Universidade de São Paulo, Presidente da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (do qual é no momento presidente honorário, distinção que o sodalício paulistano tem concedido a poucos), em cada um desses momentos de sua vida, Ernesto Leme certamente terá o que contar, pois, como lembra o prefaciador do volume, “continua a ensinar, nos seus fecundos 83 anos de idade”.

Na sessão **Memória Campineira** do presente fascículo, o leitor encontrará a transcrição do capítulo sobre Campinas, pois aqui viveu Ernesto Leme por algum tempo, diplomando-se pela nossa tradicional Escola Normal em 1914. O capítulo oferece-nos tema e fiel evocação da época em que viveu em nossa cidade. ONM (Cortesia do autor .)

Pinto, Olivério Mário de Oliveira — A Ornitologia do Brasil através das idades. São Paulo, 1979. 118 pp. (Col. “Brasiliensia Documenta”, vol. 13.)

Longe de um trabalho apenas de zoologia, como o título poderá sugerir, o presente estudo revela-se de sumo interesse para a história da cultura no Brasil, especialmente no trato de naturalistas e viajantes que visitaram nosso País e nos quais o autor foi buscar os elementos mais importantes para o estudo da ornitologia brasileira através das idades: cronistas e missionários, os cientistas do período holandês, os grandes naturalistas e viajantes do século XIX, demonstrando a todo instante a grande familiaridade do autor com os textos que pesquisou. O volume encerra-se com Burmeister, cujo relato de viagem ao Brasil data de meados do século passado. De lá para cá, certamente, muita coisa se escreveu e ninguém melhor que o próprio autor, cientista de renome e familiarizado também com o trato dos temas históricos, para continuar sua pesquisa. O livro traz prefácio de Paulo Mangabeira Albernaz, da Academia Campinense de Letras. ONM

Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 52, janeiro de 1981. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

A magnífica revista dirigida por Orlando M. Carvalho e Raul Machado Horta apresenta em seu primeiro número do corrente ano a seguinte matéria: “Teoria Geral do Poder Constituinte”, de José Alfredo de Oliveira Baracho; “Teoria Jurídica da Revolução”, de Lourival Vilanova; “Perspectivas do Federalismo Brasileiro”, de Bernardette Pedrosa; “O Empobrecimento dos Municípios e o Sistema Tributário”, de Ana Maria Brasileiro; “Posições Internacionais do Brasil no Plano Multila-

teral”, de Antônio Augusto Cançado Trindade e “Os Escritos da Prisão” de Maria José de Queiroz. Temas, como se depreende dos simples títulos, de grande interesse e atualidade. Sem menosprezo para com os demais, salientaríamos os estudos sobre o Federalismo, sobre a situação dos municípios em face do sistema tributário e sobre “Os Escritos da Prisão”. Completam, o volume circunstanciadas resenhas bibliográficas assinadas por Roberto E. Appy, Dalmo de Abreu Dallari, Maria José de Queiroz, Artur José Almeida Diniz e Wilson Figueiredo. O volume publica, ainda, em suas últimas páginas e na contracapa a relação completa dos trabalhos que integram a Coleção “Estudos Sociais e Políticos”, já com 35 títulos, e que constitui uma das mais importantes coleções de estudos brasileiros editadas em nosso país, com vista especial, como o título o diz, para os estudos sociais e políticos. Alguns volumes dessa preciosa coleção não se referem especificamente ao Brasil, mas são obras de interesse geral para o estudo da ciência política. ONM

Revista de Antropologia, vol. 22, São Paulo, 1979.

Dedicado à memória de Gioconda Mussolini, uma das figuras mais expressivas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, este último número da **Revista de Antropologia** traz o seguinte sumário: “Adaptação de mitos indígenas na literatura infantil brasileira” (Renate Brigitte Viertler), “As onças míticas e o jogo da bola” (Sílvia M. S. Carvalho), “Do cru ao cozido” (Vilma Chiara), “Recursos naturais e técnicas de caça” (Vera Lustig-Arecco), “Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial” (Luiz Mott), “A situação atual dos índios Tenetehara” (Edson Soares Diniz e Laís M. Cardia), “Notas sobre a produção de cerâmica chimu” (Vera Penteado Coelho), “Educação tradicional e ensino da música e dança em sociedades tradicionais africanas” (Gerhard Kubik), “Favela: iguais e desiguais” (Ana Maria de Niemeyer), “Ensino pós-graduado, teoria e pesquisa antropológica” (Pedro Agostinho), “A pesquisa como base para o ensino de pós-graduação” (Eduardo Diatay Bezerra de Menezes), “Os índios Carajá da cidade de Aruanã” (João Paulo Botelho Vieira Filho”, e ainda amplo noticiário, es-

pecialmente sobre as dissertações de mestrado apresentadas ao Museu Nacional, à Universidade de Brasília e à Unicamp, sobre reuniões culturais na área de Antropologia, dois necrológios (do historiador catarinense Oswaldo Rodrigues Cabral e do sociólogo Duglas Teixeira Monteiro, falecidos em 1978) e ainda resenhas bibliográficas. ONM. (Cortesia dos editores)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, ano VIII, nº 8, dezembro de 1979.

A 18 de março de 1956 um grupo de professores e diletantes da História e da Geografia reuniram-se na sede de um clube de Juiz de Fora com o fim de efetivar a organização de uma entidade onde pudessem se exercitar nas elucubrações históricas e geográficas. A idéia original era organizar um “centro de estudos”, mas acabou-se institucionalizando num verdadeiro “Instituto Histórico e Geográfico”, nos moldes de tantos outros existentes nas capitais e em muitas cidades importantes do interior. O artigo de abertura deste nº 8 de sua revista arrola os fundadores do Instituto, entre os quais destacamos Almir de Oliveira, Carlos Del Llano Franz Hochleitner, Paulino de Oliveira, Wilson de Lima Bastos, Ivan Cavalieri, Dormevilly Nobrega, todos nossos velhos amigos e colegas, alguns deles assinantes desta publicação. Digno de registro, no caso da entidade de Juiz de Fora, é a publicação de uma revista de excelente nível e que já se encontra em seu oitavo número, gentilmente oferecido pelo seu presidente, Dr. Almir de Oliveira. Seu conteúdo: Notícia histórica do Instituto (José Eustáquio Romão), “Juiz de Fora à luz da História e dos Documentos” (Sinval Batista Santiago), “O burguês na sociedade colonial seiscentista” (Sônia A. Siqueira), “Uma ilha na montanha: a poética de Belmiro” (Wilson J. Beraldo), “Os cristãos-novos em Portugal” (Solange Ribeiro de Oggero), “Índios e brancos no Brasil quinhentista” (Solange de Almeida Marcatto) e “A sociedade mineira no século XVIII”, (Almir de Oliveira). Aos interessados na revista ou em contactos com o Instituto permitimo-nos fornecer o seu endereço: Caixa postal 438, Juiz de Fora, MG, CEP 36100.

Tempo Universitário. Natal, Univ. Fed. do Rio Grande do Norte, vol. 2, nº 1, 1979.

A edição deste quinto número de **Tempo Universitário**, revestiu-se para o Mag. Reitor da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte de significado especial, na certeza de “sua permanência e de sua periodicidade como instrumento de cultura” de sua Universidade. Publicação mista, como ocorre com a maior parte das revistas universitárias brasileiras, este número oferece a seguinte matéria: “Gênio e Humanidade em Brahms”, por Américo de Oliveira Costa (contendo a análise dos quartetos para piano e cordas do grande compositor); “Resumo histórico do processo fonográfico”, por Grácio Barbalho; “Confidência do Itabirano”, por Carlos Drumond de Andrade; Luís da Câmara Cascudo; depoimento de uma geração” por Alvarado Furtado de Mendonça; “Hindenburg, a aeronave monumental”, por Raul Fernandes; “O Girassol do Campus”, por Homero Homem; “Homero, o homem”, por Carlos Augusto Lyra Martins; “Autenticidade de um símbolo”, por João Wilson Mendes de Melo; “A Batalha da Borraça e as migrações internas”, por Itamar de Souza; “Quatro Poemas”, por Nivaldete Xavier; “Liberdade social e individual”, por João Batista Ferreira da Silva; “A linguagem do Seridoense: a influência do português arcaico e do clássico”, por Jaime da Nóbrega Santa Rosa; “De que morriam os sertanejos do Seridó antigo?”, por Dom Adelino Dantas; “História dos Clubes, sua origem, sua filosofia”, por José Melquíades; “Medicina e Humanismo”, por Lauro Gonçalves Bezerra. Traz, ainda, este número, o índice dos volumes anteriormente publicados. ONM (Cortesia da Univ. Fed. do RN.)

* *
*

MEMÓRIA CAMPINEIRA (11)

CAMPINAS NAS MEMÓRIAS DE ERNESTO LEME

Nascido na vizinha cidade de Bragança (atualmente Bragança Paulista, assim rebatizada para diferenciar de sua homônima paraense), Ernesto de Moraes Leme, uma das mais altas expressões da vida cultural brasileira, jurista, historiador e diplomata com bela folha de serviços ao País, vem de publicar **Casa de Bragança**, livro de memórias em que recorda sua vida até o momento em que ingressou como professor catedrático da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na capital paulista, em 1934. Quando estudante, viveu em Campinas, diplomando-se professor pela nossa tradicional Escola Normal. Sua família e ele próprio sempre foram muito vinculados a Campinas, pois dois de seus irmãos aqui exerceram o magistério por longo tempo. Ernesto Leme é sócio honorário de nossa Academia Campinense de Letras. O capítulo relativo a Campinas, de suas memórias, oferece-nos uma terna e fiel evocação da época em que viveu em nossa cidade, eis por que julgamos oportuno transcrevê-lo nesta seção em que procuramos preservar e evocar a “memória campineira”:

“O José Benedito, familiarmente chamado Zico, havia concluído o curso primário. Era hora de prosseguir seus estudos para matricular-se, como desejava, na Faculdade de Medicina. Mãe não concordava em separar-se dele: era o seu caçula, o que levou meu pai a transferir, em 1913, sua residência para Campinas. Lá montou uma papelaria, a Casa Ideal, instalada na Rua da Conceição. E em virtude da mudança da família, também fui cursar em Campinas o 4º ano da Escola Normal, pela qual me diplomei a 15 de dezembro de 1914. A mudança também favoreceu minha irmã Maria Cândida, que pôde matricular-se na Escola Normal, pela qual se formou em 1916.

Para o Zico, foi ótima a mudança para Campinas, onde se matriculou no Ginásio do Estado, tendo assim um curso de humanidades mais completo que nós outros. Tendo estudado alemão, serviu-me de intérprete em Colônia, em estabelecimentos comerciais.

Campinas é um meio cultural mais adiantado que Pirassununga e eu logo recolhi os seus benefícios. Frequentava com assiduidade o Centro de Ciências, Letras e Artes, onde pude conhecer alguns homens eminentes, como José de Campos Novais, Ponciano Cabral, Rafael Duarte. Lá ouvi pela primeira vez Rui Barbosa, no célebre discurso em que fala das andorinhas de Campinas. Escutei conferências, como de João Ribeiro,

Júlia Lopes de Almeida, Amadeu Amaral. Apreciei versos recitados por Alberto de Oliveira, Margarida Lopes de Almeida, Roberto Moreira. Lá conheci Alberto Faria, sem imaginar que quarenta anos mais tarde iria ocupar a sua cadeira na Academia Paulista de Letras.

Guiomar Novais foi a Campinas no mês de maio, para realizar um concerto no Clube Campineiro. Os alunos da Escola Normal resolveram prestar-lhe uma homenagem em casa de A. B. de Castro Mendes, onde estava hospedada. Fui eu o orador. Após meu discurso, a colega Brasília Valente ofertou-lhe um ramo de flores, recitando uns versos que eu havia composto para a cerimônia. Comovida, Guiomar disse não saber como agradecer... Ao que tornou Pelágio Lobo, que estava presente: "Agradeça com Beethoven ou Chopin"... Imediatamente Guiomar Novais dirigiu-se ao piano, executando uma "polonaise", Cinquenta anos mais tarde falei a Guiomar em homenagem que lhe foi prestada no Rotary Clube, daquela reunião em casa de Castro Mendes e da qual ela se recordava perfeitamente.

Ainda no mês de maio, chegou a Campinas, acompanhado de sua esposa, o Conselheiro Rui Barbosa, para uma breve temporada na Fazenda Rio das Pedras. Por sugestão do diretor da Escola e com o aplauso unânime dos professorandos, quer da classe masculina, quer da feminina, resolvemos convidar Rui Barbosa para nosso paraninfo. Fui ainda ao orador nessa oportunidade, havendo Brasília Valente dito alguns versos, oferecendo um ramo de flores a D. Maria Augusta.

Eu havia escrito n' **O Eclético**, jornal dos estudantes, um artigo de saudação a Rui. Assinei-o, como sempre: E. Leme. Isso levou o mestre a agradecer o artigo ao Lino, que o saudou no Centro de Ciências, tendo o Lino declarado que o trabalho não era dele e sim do irmão que estudava na Escola Normal. Assim, quando encontrei Rui disse-lhe ser eu o autor desse artigo, ao qual ele fez generosos elogios.

Eram nossos professores do 4º ano: Português, Osmar Simões Magro; Francês, Lino de Moraes Leme; Pedagogia, Jorge Leme; História do Brasil, Paulo Afonso de Andrade; História Natural, Enéias César Ferreira. Todos excelentes professores. Paulo Afonso, pouco assíduo às aulas, ótimo expositor, quando comparecia dava-nos lições admiráveis. Ainda não havia dado aula alguma. Um dia já me preparava para ir para casa, certo de que ele não compareceria, quando o bedel me falou: o professor Paulo Afonso pedia-me para não faltar à aula, pois ia chamar-me à lição... Estranhei, mas compareci. Assim que fez a chamada, mandou que eu falasse sobre o Descobrimento do Brasil. Falei a hora toda e o professor retirou-se,

só comparecendo para dar aula uma semana depois. Nas aulas do Segundo Grupo era professor de Música Elias Lobo Neto que sempre levava em classe um harmônio portátil e de Ginástica o professor Thiele, que fazia prodígios nos exercícios de paralela e conseguia que alguns alunos fizessem coisa parecida, menos eu, que fui sempre um fracasso nas matérias do Segundo Grupo.

A minha turma era pequena. Éramos apenas onze: Adolfo Packer, Joel Aguiar, Luís Gonzaga de Oliveira Costa, Oswaldo Pinto, Ernesto de Moraes Leme, Carlos de Almeida, Antônio Bueno, Bento de Andrade, Antônio Adolfo Loebe, Floriano Cruz e Juvenal de Campos.

(...) **O Escalpelo** ... Toda a Escola Normal foi surpreendida, a 15 de outubro de 1914, com o aparecimento de um pequeno órgão crítico nº 1 (mas único), tratando com irreverência a própria Escola e alguns professores. Quem é o responsável por isso ? Mistério ! A redação tinha um endereço suposto: Rua General Osório, 121. Não eram indicados os redatores.

Chegou a hora de romper o silêncio. **Confiteor**... Os responsáveis éramos quatro: eu, Adolfo Packer, Oswaldo Pinto e Juvenal de Campos. Aberta sindicância administrativa, as provas incriminaram apenas Juvenal, que foi suspenso, o que determinaria para ele a perda do ano. Também fui chamado à Diretoria, tratando-me o diretor com toda a delicadeza, mas afirmando que o jornalzinho estava muito bem escrito, o que somente eu e o Oswaldo Pinto seríamos capazes de fazer. Omitia o Adolfo Packer, que era o melhor aluno da turma. Agradei-lhe a referência, mas neguei minha responsabilidade. O que nos doía sobretudo era ver o Juvenal, único punido, carregar a culpa de todos nós. Ele recorreu da decisão para o Secretário do Interior, Dr. Altino Arantes, que compreendeu sem dúvida tratar-se de uma criança e mandou cancelar a pena. Isso não obstante, resolvemos os quatro mosqueteiros não tomar grau solene. E recebemos o diploma na Secretaria, das mãos do secretário, o bom Lourival de Queiroz. Quinze dias antes recebemos um telegrama de Rui Barbosa, convidado em maio para nosso paraninfo e lamentando ser-lhe impossível comparecer à solenidade de nossa formatura.

Leme, Ernesto — Casa de Bragança, 77/80.
São Paulo, Parma, 1981.)

* * *

TRANSCRIÇÃO

UM CAPÍTULO DE HISTÓRIA ECONÔMICA
DO SUL BRASILEIRO

Aluísio de Almeida

A época do ano em que se realizavam as feiras de Sorocaba foi sempre no primeiro semestre, com pequena variação entre fevereiro e junho, como pontos extremos.

Ultimamente, no esplendor e na decadência, “rebentavam” elas nos derradeiros dias de março e terminavam antes de junho.

Mas as primeiras principiaram em fevereiro e foram até janeiro. Passado o inverno, com as geadas no pampa, vinham com agosto as queimadas e, depois, reverdeciam os campos, cujas gramíneas iam os animais tosando na longa jornada. E, assim, ao findar o ano e começar o novo, estavam em Itararé. Daí para Sorocaba as internadas se multiplicavam. E o gado ia engordando à medida que se aproximava da feira.

Como os primeiros negócios estivessem para começar, amontoavam-se as tropas já desde os arredores de Sorocaba até Campo Largo, numa área de cinco a dez léguas, no máximo, de quadra. A aglomeração de animais era tamanha que nada ficava da selva, havendo-se devastação completa. Compreende-se, pois, porque as tropas de muares atingiram em vários anos 300.000 cabeças.

A década 1826/1835, que precede a Revolução dos Farrapos, nos fornece bases bem sólidas para uma estatística. De antemão, note-se que não só nos dois meses de feiras passavam animais pelo Registro de Sorocaba, mas, excetuado o período mais forte do inverno, continuavam a transitar as tropas e boiadas por alguns meses e em grande quantidade. E pagavam impostos também os viajantes comuns por suas montarias, e até o marchante que dentro do município tangesse o seu pequeno gado.

Os livros existentes no Arquivo Público do Estado são uma verdadeira selva espessa, reunião dos arquivos de todos os registros e barreiras da Província, em ordem perfeita, desde os primeiros anos da Independência até 1892, ano da extinção dessas repartições. Se cada página menciona os nomes dos tropeiros, o número dos animais e a data em que passaram, compreende-se o imenso trabalho material reservado ao que quisesse fazer a soma completa de todas as parcelas, por exemplo,

apenas na repartição de Sorocaba. Seria talvez demasiado encarecer a importância dos pobres muare... Afinal de contas, o que vale neste caso é o número de milhares, podendo desprezar-se centenas e unidades.

Várias vezes, graças à gentileza de Lelis Vieira e Paulino de Almeida e seus dedicados auxiliares do Arquivo Público do Estado, lá estivemos no meio daquele acervo de números, sem saber por onde começar. São trabalhos penosos, não há dúvida, mas as conclusões e os pontos de vista gerais dependem desses pormenores. Agora que o espírito clarividente de Abner Mourão nos permite trazer a público o resultado dessas pesquisas é como se uma nova luz brilhasse a mostrar-nos o caminho, encorajando-nos. Benevolíssimo como sempre, e nada avaro de seus tesouros de ciência histórica, A. de E. Taunay vai-nos indicando rumos, pistas a seguir, fontes a procurar, enfim, torna-se possível um estudo menos incompleto desse grande capítulo de história econômica do sul do Brasil, quem sabe se inspiração para outros, mais aquinhoados da sorte, tentarem um dia obra acabada.

Íamos, pois, dizendo que a década precedente à Revolução de Piratinim pode fornecer uma estatística menos imperfeita do movimento comercial de animais do sul, passando pela feira de Sorocaba. Tivemos em mãos dois livros do Registro referentes ao “novo imposto” de animais.

As palavras “novo imposto” têm uma história. Após o famoso terremoto de Lisboa, de 1º de novembro de 1755, escreveu El-Rei (e pensou o Marquês de Pombal) uma carta a seus súditos americanos, pedindo-lhes um donativo para a reconstrução da metrópole arrasada. Em todo o país tomaram-se as medidas para mais essa empresa.

São Paulo estava pobre. Haviam-no despojado sucessivamente de Minas, Mato Grosso e Goiás. Obedecendo à sua vocação histórica, dera tudo de si para o Brasil. Os paulistas começavam, então, a olhar para os campos do sul, único ponto de onde podia vir a salvação, visto como a pecuária é mais fixa e duradoura do que as minas. Pois os oficiais da Câmara paulistana, ouvindo estarecidos a leitura da carta régia na presença do Ouvidor, em junho de 1756, decretaram vários impostos pelo tempo de dez anos para satisfazerem a El-Rei.

Entre os taxados, figuravam logo os criadores e tropeiros. Não podia entrar na cidade de São Paulo nem passar para qualquer das Minas nenhuma quantidade de gado vacum, cavalari e muar trazido do sul, sem pagar em Sorocaba uma taxa de 100 réis por cabeça de gado, 200 réis por cabeça de cavalo e 320 réis por cabeça de muar. Ficou esse chamado

“novo imposto” sempre novo até 1892 ! Caiu a monarquia dos Braganças e só então os legisladores republicanos aboliram essa excrescência. O mais interessante é que evoluiu o valor da moeda: 320 réis que, em 1756, eram alguma coisa passaram a ser uma ninharia, mas a letra da lei paulistana se manteve inflexível.

Havia outros infinitos ou intermináveis impostos, mas isso é história mais longa. Compreendemos também o mecanismo simples da contagem dos animais, lembrando-nos que o Registro era na parte do rio Sorocaba onde havia um edifício achapado para os representantes do fisco e, na cabeça da ponte, um portão dava passagem a cada cabeça de gado. A rua do lado oposto ficou chamando da Contagem, com saída para São Paulo. As outras, por onde chegavam as tropas, chamaram-se da Ponte e da Passagem das Tropas.

Voltemos, agora, aos nossos dois livros de 1826/1835. Eis os primeiros assentos: “Janeiro. Aos cinco passou Bernardo, escravo da viúva Gavião, com duas bestas e dois cavalos, de que pagou o competente imposto, 1\$040”. “Aos cinco passou o alferes João Nepomuceno Sousa, com uma rês de que pagou o competente imposto, \$100”. “Aos doze passou Manuel José dos Santos, com noventa e duas bestas de que pagou o competente imposto, 29\$440”.

Temos aí três casos típicos. Bernardo é escravo da conhecida viúva Gavião, casa que, além de girar em São Paulo como fornecedora de tropeiros, tinha fazenda em Itararé. O escravo, homônimo de um menino que seria grande político, Bernardo Pinto Gavião Peixoto, ia levando para uso da família os quatro animais. Mas pagou a passagem. O alferes João Nepomuceno de Sousa, tronco de nobre família sorocabana, tinha o seu solar na então vila, à Rua das Flores, e a sua chácara na Boa Vista. Era também negociante de animais. No momento, porém, apenas fazia transportar uma vaca da vila para a chácara. Enfim, Manuel José dos Santos é o tropeiro profissional, conduzindo bestas chucras para negócio no centro do país.

Um último tipo de viajante é o capitão Tomás Delboux, que passou com três cavalos, em serviço público e, pois, não pagou direitos. A estrada do sul conheceu cerca de setenta anos a fio, até a independência do Uruguai, a passagem inesgotável dos voluntários paulistas.

Os números vão elucidar alguns pontos. Antes de tudo, o grosso do comércio de animais em 1826 foi no primeiro trimestre, que rendeu três contos de réis, arredondados, sendo a metade dessa importância para o mês de fevereiro. O segundo trimestre baixou para 700\$000. O terceiro, no coração do inverno, atingiu 100\$000, sendo que agosto e setembro renderam apenas 30\$000. O último trimestre alcançou dois contos de réis, sendo dezembro o melhor mês. Logo, a feira iniciou-se

em dezembro, atingindo o ponto mais alto em fevereiro, acabou em março. Em agosto partiam dos pampas os tropeiros para Sorocaba; de volta, saíam em março. Na vinda, sofriam as grandes chuvas de verão em São Paulo; tanto eles como seus animais, a confirmar a alta conta em que os teve, entre outros, Eschwege, não se incomodavam com as chuvas torrenciais. Na volta, alcançavam os primeiros rigores do inverno sulino, com os ventos cortantes, as neves e geadas, mas não tangiam as bestas, mas recomeçavam a correr as estâncias a comprar novos lotes.

É diminuto o número de boiadas que transitaram por Sorocaba em 1826/1835. Parte das tropas, cerca de 5% no máximo, eram cavalos de Curitiba e Guarapuava. E, numa síntese final, bem próxima da verdade, embora não com precisão matemática, vieram por Sorocaba para o Brasil central, do Rio Grande do Sul e do Uruguai em 1826, vinte mil bestas muares.

É a lição dos documentos, sem os quais não há história.

(O Estado de S. Paulo, 29 de dezembro de 1941.)

* *
*

TEXTOS
(Sugestões para Seminários)

O RIO GRANDE DO SUL VISTO POR UM BOTÂNICO SUECO
(Lindman)

O Rio Grande do Sul (ou simplesmente Rio Grande, como às vezes se diz por abreviatura) é o estado mais austral do Brasil e situado à margem do Oceano Atlântico. A forma deste estado representa um rombo cujos ângulos se dirigem aos pontos cardeais. Relativamente à posição geográfica, o ângulo norte se acha na latitude de 27° sul e o austral na de 33°. O lado sueste é formado pela costa atlântica, o de sudoeste limita com a República do Uruguai; a nordeste e noroeste é limitado pelo curso superior do rio Uruguai que forma um grande arco. A área é igual à da Suécia ao sul do rio Angermanna ou quase 237.000 quilômetros quadrados.

O Rio Grande pertence ao sul do Brasil, expressão pela qual se designam em geral os pequenos estados da extremidade sul-brasileira — Rio Grande, Missões, Santa Catarina e parte sul do Paraná. O limite norte deste território pode ser fixado em 25° latitude sul. Apesar de relativamente pequeno em área, constitui uma parte importante da Federação Brasileira. A sua posição geográfica — litoral na zona subtropical e temperada — é muito vantajosa para o desenvolvimento de uma rica vegetação e culturas variadas de seus produtos. O clima, magnífico e agradável, garante ao homem a posse tranqüila e cômoda dos vastos prados e das luxuriantes matas destes estados. Dia e noite, por todo o ano, a gente e os animais podem viver ao ar livre; e nunca secam as fontes, nem os córregos, nem os rios; nunca falta o pasto nos prados. Por um trabalho leve mas contínuo obtém-se ainda a 30° de latitude sul ricas colheitas de milho, arroz, uvas, açúcar, laranjas, fumo, mandioca e bananas; e a formação da costa do Brasil austral, condições de terreno, clima, solo e ventos excluem as devastadoras epidemias miasmáticas que em grande parte da América tropical impedem a colonização e o cultivo. A melhor prova destas vantagens do Brasil austral é a próspera colonização, especialmente de Santa Catarina e Rio Grande, por imigrantes europeus, alemães, italianos, polacos, suecos etc. Favorecidos pela natureza clemente e clima saudável, esses novos elementos de povoamento puderam não somente apoderar-se dos sertões desertos, como dar à sua nova pátria o rico tesouro da vontade de trabalhar, capacidade de invenção e de necessidades mais elevadas, que constituem a condição para a descoberta e

aproveitamento das riquezas naturais. Como prova evidente disso há o fato de que, por exemplo, no Rio Grande do Sul, não somente as indústrias principais — indústria pastoril e plantação em derrubadas — estão muito desenvolvidas, como também que toda a espécie de indústrias e ofícios florescem por toda a parte, tanto nas cidades como nas pequenas **colônias** onde o elemento alemão é o predominante. Uma grande parte deste território, mais ou menos a metade de oeste, já entrou no grande grêmio da paz e do trabalho que pelos jesuítas foi organizado ao longo do curso médio dos rios Uruguai e Paraná. Desta velha colonização hoje não existem mais vestígios a não ser que os montes, os rios e muitas localidades aqui, como no Paraguai, ainda conservam nomes da língua guarani; a população das antigas **Misiones** pertencia à então numerosa nação dos guaranis. O Rio Grande traz o cunho de um longo período de distúrbios e decadência; mas a sua população desenvolveu-se para ser hoje um povo forte, sadio, contente e patriarcal, tendo dado os melhores soldados do Brasil na guerra de cinco anos contra o Paraguai. É ainda pouco numerosa a sua população, provavelmente pouco mais de um milhão, e o Rio Grande, que se calcula ter cinco habitantes por quilômetro quadrado, é, portanto, menos povoado do que, por exemplo, o Estado de São Paulo. Mas, assim mesmo, depende o Brasil em muitos casos da produção vivíssima de seus pequenos estados, dependência que, parece, antes aumentar que diminuir.

Para o estudo botânico, o Brasil austral oferece o mesmo campo vasto para a investigação que todo o grande território entre os rios Amazonas e Prata, e dos afamados viajantes investigadores neste continente somente poucos tocaram no sul do Brasil. Entretanto muitas das interessantes e novas descobertas sobre a vida vegetal nos trópicos tiveram sua origem aqui, especialmente em Blumenau, colônia alemã em Santa Catarina, que ultimamente tem sido apontada como especialmente vantajosa para o estabelecimento de uma estação botânica tropical no Novo Mundo, correspondente à afamada Buitenzorg, em Java. Além disso, por uma importante literatura, especialmente de obras de viagens, e estas devidas principalmente à colonização alemã, os estados do sul do Brasil são hoje bastante conhecidos em relação aos seus recursos naturais, posição, extensão, caráter das paisagens, vida popular e aos traços gerais da sua natureza como topografia, clima, vegetação etc. Mas para um conhecimento detalhado e exato da flora deste território resta ainda muito a fazer. Menos conhecido é o Estado do Rio Grande do Sul, não só em relação aos detalhes de sua flora, como até em suas condições florísticas gerais e seu lugar no mapa da geografia botânica. A grande obra florística

Flora Brasiliensis é uma prova de que este estado tem sido tratado como enfeitado pelos colecionadores ou, pelos menos, pelos botânicos que redigiram a obra. Para uma grande porção das plantas existentes no Rio Grande do Sul não há referências ao nome deste estado, não só por não se saber a procedência como também porque o Rio Grande tem sido considerado anexos aos estados platinos, o **ager Montevidensis**, ou então como uma parte periférica e, portanto, sem importância, da região das matas ao norte, **regio napoea** (Martius) que compreende o Brasil austral na extensão que dei a esta denominação.

A exposição que aqui tentarei fazer da vegetação do Rio Grande, sua fisionomia, condições gerais, distribuição em formações e sociedades e seu caráter ecológico, compreende especialmente a região do litoral e as centrais. Ainda que as minhas observações não se estendam aos limites políticos, pelo menos ao norte e ao sul, há contudo motivo para admitir que estas descrições e conclusões servirão igualmente para os territórios do Norte, Oeste e Sul. Não é admissível que o Rio Grande do Sul esteja isolado dos estados vizinhos por transições bruscas nas condições naturais; porquanto um exame do mapa, assim como as referências encontradas nas obras citadas em que se trata da vegetação (infelizmente, as mais das vezes, de modo geral e sem exemplos concretos) atestam que para o lado norte do Rio Grande do Sul a transição para Santa Catarina é imperceptível, como acontece também a noroeste para as Misiones e Paraguai do sul e a sudeste para o Uruguai etc.; e, certamente, seria mais difícil demonstrar as dessemelhanças que as semelhanças nos dois lados das divisas; mas como o Rio Grande do Sul compreende um grande território, algumas diversidades e mudanças ocorrem dentro dos seus próprios limites.

Topografia. A Topografia do Rio Grande apresenta os seguintes traços característicos principais. É dentro do seu território que o planalto brasileiro alcança o seu declive final para o sul. O grande muro alpino de rochas paleozóicas (granito, gnaisses, xistos arcaicos) da Serra do Mar ou Serra Geral, que desce da Bahia, ao norte, segue a costa brasileira formando o gigantesco paredão do planalto contra beira-mar, ao entrar no Rio Grande muda de direção, recuando terra a dentro e acabando bruscamente na proximidade de Porto Alegre. O próprio planalto termina igualmente por uma descida íngreme que atravessa a maior parte do Rio Grande na direção leste-oeste a cerca de 29° de latitude sul. Daí resulta a separação do estado em metades, um planalto ao norte e uma baixada ao sul, atingindo para leste uma diferença de altitude de 500 metros que para o oeste diminui até completo nivelamento. A primeira destas áreas, si-

tuada, como dizem os rio-grandenses, em **Cima da Serra**, e, portanto, um prolongamento dos estados ao norte, Santa Catarina e Paraná, forma um planalto desigual, ondulado de morros chatos e cortado por numerosos cursos d'água. A outra área, abaixo da serra, limitada ao norte pelo vale do rio Jacuí e geralmente denominada **Campanha**, corresponde em todos os seus caracteres mais aos estados limítrofes ao oeste e ao sul, Corrientes, Entre-Rios e Uruguai, e consiste em um terreno chato e aberto, interrompido por alguns espigões irregulares compridos e baixos denominados **coxilhas**, ao redor dos quais o terreno retoma o seu caráter ondulado. São dignas de especial menção, como coxilhas mais importantes, a Serra do Herval (da erva-mate) e a Serra dos Tapes (dos índios tapes) que com uma altitude de 500 metros formam verdadeiras cadeias, e por sua composição provam ser promontórios isolados das rochas paleozóicas do litoral. Mas estes maciços graníticos não pertencem mais à costa, porque esta, no Rio Grande, é representada toda ela por uma região larga de areias movediças, aglomeradas pela atividade da corrente marítima do litoral durante longo período. Por dentro desta faixa arenosa encontra-se um gigantesco canal marítimo, a Lagoa dos Patos, paralela à linha costal, meio baía e meio lagoa, comprida, estreita e rasa. A entrada desta lagoa é apenas um estreito, raso e sem largura, situado para o sul e denominado **Barra do Rio Grande** formando o único acesso para a navegação que se dirige ao estado. O comprido e estreito canal com a sua barra apertada assemelha-se a um grande rio, originando-se daí o nome do estado, **Rio Grande do Sul**.

Regiões vegetativas. A parte norte, a que denominei planalto, é também parecida com os estados vizinhos ao norte, por ser em sua maior extensão ocupada por matas, que às vezes se estendem sobre áreas cuja travessia demanda dias de viagem. Não são, porém, contínuas porque interrompidas por pastagens sem árvores, igualmente extensas e denominadas **Campos**. O forte declive com que o planalto se separa da campanha, especialmente na metade oeste do estado, é revestido de uma imponente mata virgem que assim forma uma verdadeira cinta que atravessa a maior parte do Rio Grande, de leste a oeste. E especialmente nestas matas estão localizados os colonos europeus, e são também elas que oferecem as maiores belezas naturais do estado.

A mataria alta e luxuriante, os paredões de rocha imponentes, os ribeirões encachoeirados e as altas quedas d'água fazem deste território colonial um dos mais belos lugares do mundo, ora romanticamente selvagem e grandioso, ora encantador e ridente: os seus atrativos são ainda aumentados pelo clima ameno e pelo ar puro, vivificante e caricioso.

A parte sul (e oeste) do Rio Grande é, pois, especialmente um território baixo que, sem limites naturais próprios, é continuado nos países vizinhos e, como neles, quase sem matas, porque matas contínuas e comparáveis às do território colonial existem somente em alguns pontos nos declives orientais das serras do Herval e dos Tapes, onde se acham os últimos avanços para o sul da grande região florestal brasileira. No mais, predominam os campos ou pastagens naturais que muito participam dos do planalto, mas que nos limites sul e oeste do estado apresentam traços de maior pobreza, maior esterilidade e de perfeita harmonia com o caráter dos **pampas**. Pode-se, pois, afirmar com toda a segurança que no Rio Grande encontra-se uma zona de transição entre os dois grandes contrastes na natureza sul-americana, a mata virgem brasileira e os pampas argentinos.

Toda a faixa litoral, um território largo, paralelo à linha da costa, é muito menos avantajada em sua vegetação por causa da influência das areias movediças; é aqui antes a areia do que a vegetação, que constitui a formação e o caráter predominante, motivo também por que denominaremos esta faixa a **região das areias movediças**. Uma região idêntica falta aos estados ao norte do Rio Grande, ou é ali apenas representada por uma praia estreita e acidentada.

O território do Rio Grande apresenta, pois, limitado número de regiões vegetais; cada uma de área considerável e de natureza particular. No litoral a vegetação ainda não conseguiu elevar-se à região especial; o interior, ao contrário, se divide em **região campestre** e **região florestal**, as quais por múltiplos modos se confundem, porém com manifesta predominância de campos na parte sul e de matas na parte norte do estado. Três, portanto, as divisões estudadas neste livro: 1. A região das areias movediças; 2. Os campos; 3. As matas.

(Capítulo introdutório do livro **A vegetação no Rio Grande do Sul**, de Carl Axel Magnus Lindman (1856/1928), publicado em Estocolmo em 1900; tradução de Alberto Loeffgren, Porto Alegre, Livraria Universal, 1906. Esta tradução foi reeditada fac-similarmente pela Livraria Itatiaia Editora, de Belo Horizonte, em 1974, vol. 2 da Coleção "Reconquista do Brasil", com prefácio e capítulo complementar de Mário Guimarães Ferri. O trecho transcrito ocorre às pp. 1 a 8. Sobre Lindman e sua obra, inclusive bibliografia provavelmente completa, v. a **Bibliografia Sul-Riograndense**, vol. II, pp. 822/825, de Abeillard Barreto, (Rio, Conselho Federal de Cultura, 1976.)

*

O ATO DE SUPREMACIA DE 1534

Embora a majestade de nosso rei, justa e corretamente é e deve ser a suprema cabeça da Igreja da Inglaterra, e assim é reconhecido pelo clero deste reino em suas Convocações, contudo, para corroboração e confirmação e para aumentar a virtude da religião de Cristo dentro deste reino da Inglaterra e a fim de reprimir e extirpar todos os erros, heresias e outras monstruosidades e abusos até agora em uso nele — pela autoridade do presente Parlamento é estabelecido que o rei nosso soberano senhor, seus herdeiros e sucessores, reis deste reino, devem ser tomados, aceitos e reputados na terra como a única cabeça suprema da Igreja da Inglaterra, chamada **Anglicana Ecclesia**; que eles terão e gozarão — ligada e unida à imperial coroa deste reino — tanto o título e a etiqueta do mesmo título, assim como todas as honras, dignidades, preeminências, jurisdições, privilégios, autoridades, imunidades, lucros e comodidades da dita dignidade que lhe pertencem como cabeça suprema da mesma Igreja. E que o nosso soberano senhor, seus herdeiros e sucessores, reis deste reino, terão pleno poder e autoridade de, tempos em tempos, visitar reprimir, estabelecer, reformar, ordenar, corrigir, restringir e emendar todos aqueles erros, heresias, abusos, ofensas, desprezos e monstruosidades, quaisquer que sejam, que por autoridade e jurisdição espiritual devem ou podem legalmente ser reformados, reprimidos, ordenados, restabelecidos, corrigidos, restringidos ou emendados para o maior agrado de Deus Onipotente, o aumento em força da religião de Cristo, e para conservação da paz, unidade e tranqüilidade deste reino; não se opondo a isto qualquer uso, costume, lei ou autoridade estrangeiras, prescrição ou qualquer outra coisa ou coisas em contrário.

(Bettenson, Henry — *Documentos da Igreja Cristã*, 272/273; trad. de Helmuth Alfredo Simon. São Paulo, Aste, 1967.)

*

*

*

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ALUÍSIO DE ALMEIDA (1904 – 1981)

Em Sorocaba, onde viveu a maior parte de sua vida, faleceu no derradeiro dia de fevereiro do corrente ano uma das mais expressivas figuras da Igreja e da Historiografia de São Paulo: Monsenhor Luís Castanho de Almeida, literariamente conhecido por **Aluísio de Almeida**, pseudônimo com que assinou a maior parte de seus inúmeros trabalhos de investigação histórica e de pesquisa folclórica, as áreas do conhecimento a que mais se dedicou nos seus últimos anos. Contava pouco mais de setenta e seis anos, em grande parte prejudicados por tenaz enfermidade, que não o impedia, contudo, de, praticamente até o fim de seus dias, dedicar-se a trabalhos intelectuais. A notícia de seu falecimento, registrada por um jornal de São Paulo, adiantava que ele ocorreu um dia após o lançamento de seu último livro, uma História de Sorocaba para crianças.

Nascido em Guareí, no sul do Estado, a 6 de novembro de 1904, estudou no Seminário de Botucatu e, após ordenado, foi pároco em algumas cidades do interior, fixando-se depois em Sorocaba, donde praticamente nunca mais saiu.

Com o mesmo zelo com que se consagrou ao ministério religioso, dedicou-se a pesquisas históricas e folclóricas, o que lhe propiciou escrever imensa e valiosa obra sobre a história paulista, especialmente de sua região natal, o sul do Estado. Colaborou com frequência na Revista do Arquivo Municipal e nas dos Institutos Históricos Brasileiro e de São Paulo (dos quais era sócio), no jornal "O Estado de S. Paulo", no qual publicou mais de quinhentos artigos, muito mais ainda tendo publicado em "O Cruzeiro do Sul", diário sorocabano. Pertenceu à Academia Paulista de História, na qual foi o primeiro titular da cadeira que tem por patrono Afonso de Freitas, outro renomado historiador paulista. Todavia, ao ser convidado para integrar a referida Academia, já bem precárias eram suas condições de saúde, o que o impediu de frequentá-la.

De sua produção em volume, destacam-se **D. Lúcio** (1930), biografia do primeiro bispo de Botucatu e fundador do famoso Seminário em que estudara; **Sorocaba em 1842** (1938); **A Revolução Liberal de 1842** (1944), até hoje o mais completo trabalho sobre o assunto; **Contos Populares de São Paulo** (1947); **Contos do Povo Brasileiro** (1949); **História de Sorocaba** (1952); **O Sacerdote Diogo Antônio Feijó** (1952), um dos poucos estudos existentes sobre a vida religiosa do grande Regente do Império, já que quase todos os outros ocupam-se mais de sua vida

política; **O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba** (1968); **Vida e Morte do Tropeiro** (1971) e a já citada **História de Sorocaba para Crianças** (1981).

Nos últimos anos, dedicava-se ao estudo de um dos mais importantes temas da história de São Paulo, do próprio Brasil mesmo: o tropeirismo e as famosas feiras de Sorocaba, sobre os quais possuía riquíssima documentação.

Dela dizia Afonso de Taunay que era homem que “sabia e ressabia”, querendo com isto ressaltar a excelência de sua contribuição à história de nossa terra e de nossa gente. E Hélio Damante foi muito feliz ao lembrar que era Aluísio de Almeida o “historiador por excelência do povo paulista”.

*

*

*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às sextas-feiras, no *Correio Popular*, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica indicam-se as datas em que foram divulgadas.)

41. A PROPÓSITO DE SANTA CECÍLIA

O calendário católico assinala hoje a comemoração de Santa Cecília, virtuosa cristã do século IV, esposa de um nobre romano e que teria sido martirizada numa das muitas perseguições de que o Cristianismo foi alvo naquele século. A crítica histórica tem sido muito rigorosa com relação àquela que se tornou a padroeira da Música, escarpando o pouco que dela se sabe e pondo em dúvida os hagiógrafos em que sua crônica vem narrada, negando-lhe inclusive a auréola do martírio e não descobrindo em sua vida traço algum que assinalasse qualquer espécie de vinculação com a música. A legenda que lhe atribuiu dotes musicais teria resultado de uma tradução errônea de texto do século VI, o único que se refere à simpática santa.

Todavia, em que pese a todo o processo revisionista da Igreja com relação a algumas figuras do hagiológico, sua devoção continua viva nos poucos lugares onde ela foi consagrada. Não são muitas, de fato, as igrejas que lhe foram dedicadas, sobrelevando a todas a de São Paulo, que se tornou paróquia em fins do século passado e serviu para denominar um importante bairro da capital paulista. Bairro que já teve seus momentos gloriosos, como dos mais aristocráticos da cidade, justificando a criação de um dos mais suntuosos templos paulistanos. A este templo está intimamente vinculado o nome de D. Duarte Leopoldo e Silva, o grande arcebispo de São Paulo, a cujo empenho se deve a construção do templo no mesmo local da primitiva capela, erigida em 1861. D. Duarte, antes da sagração episcopal, foi o primeiro vigário da nova paróquia, criada em 1895, nela permanecendo por seis anos. O templo, sabem-no todos os que o conhecem, é ricamente decorado com verdadeiras obras-mestras da pintura brasileira, de Benedito Calixto e Oscar Pereira da Silva.

Em *Igrejas de São Paulo*, de Leonardo Arroyo, leio: “A Igreja de Santa Cecília é um dos templos mais procurados em São Paulo para a realização de casamentos. Essa preferência se explica pela tradição, pois o bairro, em tempos não muito antigos, foi tipicamente residencial, aí

se batizando, crismando e casando grandes nomes paulistanos. Os atos religiosos, na mesma igreja, conservaram-se de pais para filhos, de muito comuns os casos em que a mesma pessoa é batizada, crismada e casada na Igreja de Santa Cecília. Daí a preferência dos jovens casadoiros pelo templo acolhedor de D. Duarte Leopoldo, cuja memória é lembrada numa estátua que existe defronte à Igreja”. Embora o escritor se refira a “tempos não muito antigos”, sua frase perdeu a valia para os nossos dias, pois o aristocrático bairro passou pelo processo de deterioração de áreas urbanas que inevitavelmente ocorre a partir de certas conjunturas muito difíceis de evitar. E desse processo ressentiu-se também o suntuoso templo, bloqueado, ainda, pelas obras do Metrô. A esperança é que, com o término das obras, e reurbanização do local, talvez até o ajardinamento do largo onde se localizará uma das estações do subterrâneo, volte o local a ser melhor freqüentado, sem os riscos de assalto que hoje atemorizam os transeuntes. (22/11/1980.)

*

42. SANTA CECÍLIA E A MÚSICA

O reconhecimento de Santa Cecília como padroeira da música remonta provavelmente ao fim da Idade Média, mas é somente a partir do Renascimento que ele se torna mais concreto. Data, com efeito, de 1502 a primeira sociedade musical colocada sob o patrocínio de seu nome, em Lovaina, na Bélgica. E data de 1570 o mais antigo festival de música que se conhece, realizado em Evreux, na Normandia, igualmente sob os auspícios da nobre santa. Mais tarde, no Barroco e no Classicismo, seu patronato se firma de maneira definitiva e nunca mais cessou, em que pese a todas as investidas da crítica moderna, não só contra Santa Cecília, mas especialmente contra a sua vinculação com a música e o canto. Seu nome tem sido utilizado para batizar um sem-número de entidades ligadas à música: orquestras, academias, conservatórios, firmas gravadoras, marca de disco e até estabelecimentos comerciais dedicados à venda de artigos musicais. É famosa, em Roma, a Academia Santa Cecília, como se tornou conhecida em nosso País a Academia Santa Cecília de Discos, do Rio de Janeiro, que, durante muitos anos, dedicou-se à divulgação da boa música em discos enviados mediante assinatura a milhares de interessados em todo o Brasil. Chegou a editar quase duzentos discos. Estranhando que, nesta altura do ano, não houvesse recebido nenhum disco dessa entidade, escrevi indagando e lamentavelmente recebi resposta informando que, devido ao falecimento do Padre José Hein, fundador da instituição, foram inter-

rompidos os novos lançamentos, passando a Academia apenas a distribuir os discos já existentes. Que pena que em nosso País empreendimentos dessa natureza não tenham prosseguimento !

Voltando à padroeira da música: daria um excelente estudo o que se propusesse a examinar as grandes obras musicais que lhe foram consagradas. Citaria, de início, três grandes missas, das maiores nesta forma de composição: as de Alessandro Scarlatti, de Josef Haydn e a de Gounod, desta última conhecendo-se duas versões: uma com acompanhamento apenas de órgão e outra com acompanhamento orquestral. Os compositores ingleses do século XVII — Clarke, Blow e Purcell — escreveram diversas “Odes para o dia de Santa Cecília”, muitas delas sob texto de Dryden, dois deles também musicados pelo protestante Handel. O francês Charpentier, do século XVII, deixou-nos belíssima obra coral, “Caecilia virgo et martyr”; Liszt brindou-nos com um grande oratório sobre a “Legenda de Santa Cecília”, considerada das melhores obras do grande mestre; igualmente considerado é o “Hino a Santa Cecília”, do compositor alemão Ludwig Spohr, muito renomado em seu tempo, mas praticamente esquecido hoje; também na produção do inglês Benjamin Britten, há pouco falecido, há um “Hino a Santa Cecília”. E por aí afora, que uma respiga num bom dicionário de história da música nos revelaria inúmeras outras obras.

Nem tudo o que foi arrolado mereceu as honras da gravação. Em discos, podemos encontrar as três missas mencionadas, as duas odes de Handel e o hino de Britten, mas todos eles em gravações não disponíveis no Brasil (com exceção da missa de Gounod) e, ainda assim, em discos na maior parte já retirados de catálogo, difíceis de encontrar nos próprios países de origem.

É uma pena que a Academia Santa Cecília de Discos interrompesse seu programa, pois embora ela não houvesse lançado nenhuma das obras dedicadas à sua padroeira, prestou assinalado serviço à divulgação da boa música, não apenas religiosa, mas igualmente secular. Espera-se que a simpática entidade da Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, volte ao trabalho que em boa hora encetou e em má hora interrompeu. Creio que é o voto de todos os interessados em boa música neste nosso País. (28/11/1980.)

43. SOBRE A “IMITAÇÃO DE CRISTO”

Descobri um pouco tarde a **Imitação de Cristo**. Minha formação espiritual na adolescência foi alimentada por outras leituras igualmente significativas, das quais um dia ainda cuidarei, só vindo a conhecer o

grande livro de Tomás de Kempis quando já andava pelos vinte e poucos anos. Por isto mesmo, a edição que dele possuo não é muito antiga. Data de meio século e foi comprada em Petrópolis, cidade que na ocasião eu visitava com freqüência, graças a parentes que ali residiam. Trata-se de uma tradução de Frei Tomás de Borgmeier, ilustre franciscano ligado à grande editora católica (“Vozes”) que naquela cidade tem sede. Tradução, segundo informa a página de rosto, confrontada com o manuscrito autógrafo de 1441, editado pela primeira vez em 1919 pelo Padre A. Fleury, na famosa casa editora de Mâme & Filhos, de Tours, França. A edição que tenho já é a quinta, datando a primeira de Petrópolis, 24 de julho de 1920, “na festa de São Francisco Solano”.

Há quase meio século, portanto, o pequeno volume me acompanha, dele lendo diariamente, antes de começar qualquer atividade, uma das seções em que se divide o livro. Da **Imitação** provavelmente já se disse tudo o que poderia ser dito, como mui acertadamente afirmou o Conde Afonso Celso ao iniciar sua maviosa tradução. Seis séculos porfiaram em tecer-lhe elogios, mostrar-lhe as sublimidades, encarecer-lhe o subido valor, denominando-o uns o quinto Evangelho, chamando-lhe outros o melhor tratado de moral cristã, considerando-o todos o mais perfeito compêndio da vida espiritual ou, mesmo, o maior livro depois da Bíblia. Nenhum outro livro, diz o tradutor da edição petropolitana, “excede a linguagem persuasiva e na violência com que arrasta os corações, e milhares de almas já sentiram os maravilhosos efeitos de sua leitura”.

Durante muito tempo correu dúvida quanto à autoria deste grande livro. Todavia, o Padre Fleury, responsável pela mais autorizada edição que dele até agora se fez, procura dirimir as dúvidas, invocando em favor de Tomás de Kempis numerosos códices manuscritos que se conservam do livro, bem como todas as edições impressas antes de 1500 e, ainda, os depoimentos de diversos contemporâneos do autor, que, sabe-se hoje, nasceu no pequeno povoado de Kempen (donde o seu nome) na diocese de Colônia, em 1380. Tomando o hábito dos regulares de Santo Agostinho, ordenou-se em 1412. Ocupou durante toda a sua longa vida o cargo de Mestre dos Noviços, vindo a falecer em 1471, na avançada idade de 91 anos. Além da **Imitação de Cristo** (*De Imitatione Christi Libri quatuor*), constituída, como o título original o diz, de quatro livros, deixou diversas outras obras ascéticas, entre as quais **Soliloquium animae**, **Orationes et Meditationes Vita Christi**, não traduzidas em português, ao que saiba. Em compensação, contam-se às centenas as edições da **Imitação**, publicadas por numerosas editoras não só religiosas, mas também leigas, através de pelo menos meia dúzia de traduções, todas elas cre-

denciadas. A da editora de Petrópolis, que costumo utilizar, dispensa os comentários de Roquette que, a partir de certa época (não saberia dizer quando) passaram a ilustrar e complementar o grande livro, segundo o autor o diz, mas que, a meu ver, nada acrescenta, espiritualmente falando, ao texto original. (9/1/1981.)

*

44. LEMBRANÇA DE UM "VELHO" MESTRE

O "velho" aqui empregado no título está propositadamente entre aspas, pois não é no sentido cronológico que o aplico, mas num misto de ternura, de camaradagem e, sobretudo, de reconhecimento pela sua extraordinária vivência com as coisas do Ensino. Doutra forma não me poderia referir a Orestes Rosolia, o grande educador falecido nos primeiros dias do corrente ano, deixando admirável folha de serviços à causa que abraçou. Mal havia completado 75 anos, pois nascera em setembro de 1905, filho de italianos imigrados para São Paulo nos últimos anos do Império. Professor por concurso de História da tradicional Escola Normal da Praça da República (batizada merecidamente de Caetano de Campos, em homenagem ao grande reformador da instrução pública em São Paulo nos primeiros tempos do regime republicano), foi diretor da mesma instituição e lecionou também em outros importantes estabelecimentos de ensino da Capital paulista, notadamente no Colégio Dante Alighieri, ao qual foi sempre muito vinculado. Onde o conheci, ali trabalhando juntos por alguns anos.

Nosso convívio não foi muito freqüente, mas o suficiente para o ter apreciado em todos os aspectos, como homem, como cidadão, como artista, como professor. Dele guardo excelentes recordações, pois, era dos melhores "papos" que na ocasião havia no grande colégio. As contingências da vida fizeram-nos perder de vista, mas continuei acompanhando com simpatia e interesse seu trabalho, diretamente ou por informações de um seu filho, que veio a ser meu aluno no Curso de História da Universidade de São Paulo.

Dado às pesquisas históricas, escrevia não com muita freqüência em jornais e revistas da Capital, mas dando boa mostra de sua capacidade como escritor e como estudioso da matéria que escolheu. Se a memória não me falha, a própria Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo abriga um trabalho de sua lavra. Mas foi sobretudo no romance histórico que se realizou: **Marília, a noiva da Inconfidência**, que

alcançou várias edições, publicado pela primeira vez em 1933, e **A garimpeira do Rio Manso**, que data de 1936. O primeiro alcançou larga difusão, pois foi incluído na saudosa Coleção Saraiva (da editora deste nome), distribuída pelo sistema de assinatura em todo o país. Coleção na qual os temas históricos aparecem com frequência é sobre a qual ainda pretendo escrever.

Em 1965, quando a Humanidade comemorou o sétimo centenário de Dante Alighieri, o grande colégio paulistano que o tem por patrono, publicou excelente volume sobre o poeta florentino e dele um dos organizadores foi Orestes Rosolia. Trabalho de divulgação, dedicado aos alunos do Colégio, para que conhecessem o que foi a vida, a obra e, sobretudo, o pensamento daquele gênio, honra e glória não só da Itália, mas de toda a Humanidade. E nas páginas de apresentação do volume, dedicando-o aos jovens estudantes, escrevia-se significativamente; “E você, jovem, que se encontra ainda em pleno processo de caldeamento de valores e de idéias, poderá, talvez, completar o seu acervo cultural e espiritual, compreendendo o mundo interior de Dante, que ainda é o nosso atualíssimo mundo”.

E foi para ajudar os jovens a “completar seu acervo cultural e espiritual” que o saudoso Rosolia consagrou-se de corpo e alma. Aqui, pois, uma palavrinha de saudade ao “velho” amigo e companheiro. (16/1/1981.)

*

45. UMA SAGA PAULISTANA

Pretendendo um romance a que aliasse experiência de jornalista e técnica de escritor e que retratasse a vida de imprensa numa época difícil e significativa da história de São Paulo — certamente um romance “à clef”, onde os personagens deixam entender claramente suas funções reais e não simplesmente as que brotassem da imaginação do autor — Barros Ferreira, meu nobre e preclaro confrade da Academia Paulista de Jornalismo, acabou fazendo muito mais, mais até do que um “expressivo relato da grande transformação por que passou São Paulo na década de 30”, quando “tudo aconteceu com a violência rodopiante de um vendaval”. E desta imagem literária tirou o autor o título de seu livro, que, sem perder as qualidades do romance, redundou numa verdadeira saga da vida paulistana no momento da grande transformação. Nele há, antes de tudo, vivência do autor e apreensão de fatos aparentemente insignificantes, mas na realidade fundamentais para a compreensão do processo histórico.

Pensando neste caráter do livro, quis assinalar nele as passagens que poderiam merecer um comentário mais aprofundado. E acabei grifando quase o livro todo ! Mais ainda: quis assinalar os tópicos que me pareceram dignos de apreciação e de interpretação nas minhas aulas de História, e encontrei pelo menos meia dúzia que poderão, sem dúvida, figurar na seção “Sugestões para Seminários” da **Notícia Bibliográfica e Histórica**. E vou pedir permissão ao autor para o fazer, tão claros e objetivos me pareceram e, portanto, merecedores de análise e de crítica para que se tire deles as idéias principais sabiamente misturadas à ficção, não ocultas pelo “manto diáfano da fantasia”, como queria o Eça, mas encerradas no próprio contexto em que se coloca o autor, que não cuida apenas de romancear, mas em interpretar grandioso painel da vida e da história de nossa terra, que Barros Ferreira revela conhecer como poucos.

Não creio necessário citar muitos exemplos destas evocações contidas no livro. Alguns bastarão: a integração dos imigrantes à vida paulista, as condições do trabalho no Brasil, a página sobre a “sublimidade de um sistema corrupto”, a mentalidade dos novos-ricos paulistas, a evocação das “cidades mortas” (da bonita imagem de Monteiro Lobato), o caráter da nobreza cafeeira do Vale do Paraíba, especialmente de Pindamonhangaba, a crise de 1929, os tenentes que surgiram com a Revolução de 30 e outras mais. Tudo isso aparece como “pano de fundo” para a necessária ambientação histórica onde as figuras (reais ou imaginárias) evocadas pelo autor vão percorrer um roteiro, obstruído muitas vezes por circunstâncias imprevistas ou inesperadas, mas que, afinal, o romancista consegue cumprir para alcançar a meta principal de suas preocupações que parece ser a de tornar compreensível o grande painel de nossa história, em momento tão significativo.

Escrevendo, há pouco, sobre a Revolução de 1930, dizia que ela deve ser considerada, na marcha do processo revolucionário que se iniciou após a Primeira Grande Guerra e não terminou ainda, como uma estação, não uma modesta estação onde o trem simplesmente trocasse de “staff”, mas onde ele deveria parar a fim de meditar sobre qual das linhas deveria seguir. Não sei se segui pela linha certa. Mas se eu tivesse que batizar a estação correspondente a 1930, eu a chamaria simplesmente **Vendaval**. (6/2/1981.)

*

46. EVOCANDO O VELHO GURGEL

Não visam estes rabiscos senão a uma homenagem tardia a um querido amigo, de cujo falecimento infelizmente só vim a saber quando o próprio funeral já havia sido realizado. Refiro-me a João Gurgel Júnior, excelente companheiro do Clube dos 21 Irmãos-Amigos, figura

obrigatória em todas as promoções culturais da cidade, como pertinememente observou esta folha no registro de sua morte, “cativando a todos com a sua inteligência, seu espírito alegre e sua extrema sensibilidade poética”. E acrescentava o registro que fora, em vida, amigo pessoal de notáveis homens de letras, com os quais conviveu durante muitos anos ao tempo em que residiu no Rio de Janeiro, tendo colaborado em vários jornais e revistas da antiga Capital Federal.

Nosso relacionamento praticamente se restringia ao Clube, a algumas vezes em que comparecia à Academia Campinense e a encontros ocasionais na rua, quando sempre tínhamos sobre o que conversar. O velho Gurgel honrava-me com a leitura não só da **Notícia Bibliográfica e Histórica**, mas também destes meus rabiscos semanais e era quase sempre sobre os temas que neles versava que decorriam nossas animadas conversas.

Todavia, embora de relacionamento relativamente recente, nossos caminhos já se haviam cruzado em outras ocasiões, pois ao que tudo indica residimos em Juiz de Fora mais ou menos na mesma ocasião. O jornal em que publiquei minhas primeiras linhas, ainda ao tempo de ginásiano, era o mesmo em que Gurgel, já homem feito, trabalhava. O saudoso Heitor Guimarães, seu grande amigo, foi meu primeiro mestre de jornalismo. Frequentamos, parece, o mesmo círculo de estudos sociais e políticos (novidade para a época) que às quintas-feiras se reunia numa das salas da Galeria Pio X, então recém-inaugurada, na bela cidade das margens do Paraibuna. Tivemos ali numerosos amigos comuns, e sobre tudo isso gostávamos de conversar, num verdadeiro programa da saudade, quando nos encontrávamos. Gurgel retirou-se para o Rio de Janeiro, enquanto eu fiquei ainda creio que mais um ou dois anos em Juiz de Fora, para depois encetar também longa caminhada por estes Brasis.

Dotado de excepcional memória, dizia que sabia de cor todos os poemas que escrevera. E gostava de dizê-los nas reuniões que frequentava. Quando, às vezes, por simples distração, o presidente do Clube esquecia-se de lhe dar a palavra, parecia que o velho Gurgel sentia-se como que frustrado... Mas isto raramente ocorria, pois quem poderia esquecê-lo ? E assim, Gurgel quase sempre encerrava as reuniões declamando, com entusiasmo contagiante, seus poemas, todos eles de extrema sensibilidade.

Guardo do velho Gurgel excelentes recordações, além de nosso convívio: seu livro **Sol e Sombra**, com carinhosa dedicatória, algumas fotografias tiradas em reuniões a que comparecemos e nas quais figuramos juntos e, maior que todas, uma quadrinha gozadora, pois foi sempre muito brincalhão: “Professor onisciente / Pois tudo sabe e comenta./ A gente é que nunca sabe / Se quando não sabe, inventa”.

Aqui fica, pois, embora tardiamente, a homenagem que não pude prestar na ocasião, ao bom amigo e companheiro. (13/2/1981.)

*

47. PERDA PARA O FOLCLORE NACIONAL

Foi com o título supra que importante órgão da imprensa paulistana noticiou o falecimento de Renato Almeida, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 25 de janeiro do corrente ano. Era baiano, nascido aos 6 de dezembro de 1895, mas fez toda a sua carreira na antiga Capital da República, para onde foi na época dos estudos superiores. Graduou-se em Direito e estreou nas letras, aos 21 anos, com um volume de crônicas intitulado **Em Relevô**. Militou na imprensa ao lado de Ronald de Carvalho, pertenceu à geração modernista da qual se diz que literariamente descobriu o Brasil, e revelou sempre nos seus escritos preferência pelos temas brasileiros, caminho que o levou naturalmente ao folclore, à música, às artes em geral. Foi durante a maior parte de sua vida funcionário do Itamarati, chefiando o Serviço de Documentação do nosso Ministério das Relações Exteriores, pelo qual publicou alguns dos seus melhores ensaios, dentre os quais **Euclides da Cunha e o Itamarati**.

A notícia do jornal paulistano acrescentava que, com sua morte, “perdem os estudos de folclore no Brasil uma de suas figuras mais representativas”. De fato, nos últimos anos era ao folclore que consagrava a maior parte de suas atividades, criando, com Edison Carneiro, a Comissão Nacional de Folclore, mais tarde Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, e hoje Instituto Nacional do Folclore. Fundou e dirigiu a “Revista Brasileira de Folclore”, projetando-a internacionalmente. Mas a notícia deixou de registrar, a não ser de passagem, o trabalho de Renato Almeida no campo da música, outra de suas predileções. Devemos-lhe, sem dúvida, a melhor **História da Música Brasileira** que já se escreveu. Publicada pela primeira vez em 1932, foi consideravelmente aumentada para uma nova edição dez anos mais tarde. E, infelizmente, ficou nessa segunda edição, hoje bastante rara, altamente prezada pelos estudiosos e que continua sem similar em nossa bibliografia.

Longe de um simples repositório de nomes, como soem ser os livros que no gênero costumam aparecer (abra-se, exceção também para os **150 Anos de Música no Brasil**, de Luís Heitor, outra obra inteiramente esgotada, sem ter feito jus sequer a uma reedição), o livro de Renato Almeida, publicado na sua última edição pela antiga Livraria

Briguiet, do Rio de Janeiro, apresenta-nos realmente o sentido de evolução de nossa música, estudando-lhe as fontes, o caráter, as tendências. Assim, toda uma primeira parte, constituída dos seis primeiros capítulos, é consagrada às influências e aos elementos populares que surgem e, sob certos aspectos, marcam acentuadamente nossas tendências musicais: a contribuição dos índios, dos negros (através de seus cantos religiosos e fetichistas), das danças dramáticas e dos bailados populares. E após esse embasamento, desenvolve-se toda a segunda parte, com mais dez capítulos, apresentando-nos a história da música propriamente dita, desde os tempos coloniais (com transcrição dos poucos exemplos que nos ficaram), até os contemporâneos (com relação à época em que refez o livro), salientando, sobretudo, as tendências nacionalistas da música brasileira neste século.

Vêem então, os leitores, que não apenas o folclore, mas também a música sofreu imensa perda com a morte do escritor que, lembre-se para encerrar, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Música, na qual escolheu para patrono Mário de Andrade, mostrando assim sua fidelidade às raízes autóctones do movimento modernista. (13/3/1981.)

48. O CRIADOR DO MAPA MUSICAL DO BRASIL

Foi com a expressão acima que um jornal de Porto Alegre referiu-se ao falecimento de Marcus Pereira, ocorrido em São Paulo, a 20 de fevereiro do corrente ano. E noutro jornal, desta vez da capital paulista, Armando Ferrentini, numa sentida homenagem, chamava-o de D. Quixote. Conheci Marcus Pereira quando, ginasião ainda, foi meu aluno no velho “Saldanha da Gama”, malograda experiência de ensino secundário na cidade de São Paulo, pela qual me entusiasmei arrastado pelo idealismo sem-par do saudoso João Ernesto de Souza Campos. Na época, estavam aparecendo os primeiros professores diplomados pelas Faculdades de Filosofia (licenciados), contra os quais havia tremendo preconceito por parte das escolas tanto oficiais como particulares. Souza Campos idealizou um ginásio onde só lecionassem licenciados, com a preocupação de renovar de vez os métodos de ensino em nossa terra. Escusado dizer que demos com os burros n’água, para gáudio de nossos adversários.

Não me lembro se Marcus Pereira chegou a concluir o curso ginásial no “Saldanha da Gama”. Sei apenas que, uma vez diplomado, encaminhou-se para a Faculdade de Direito, mas creio que pouco exerceu a advocacia. Vim a encontrá-lo muitos anos depois como secretário da saudosa **Anhembi**, a revista de Paulo Duarte, na qual tive a honra de colaborar

por vários anos. Quando a revista desapareceu, também perdi contato com Marcus Pereira, embora dele tivesse notícias por seu pai, José Antero Pereira Júnior, que foi sempre meu amigo. O Antero, eu o conheci secretário da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo, mas depois que ele foi posto à disposição da Faculdade de Filosofia a fim de trabalhar com Plínio Ayrosa no Museu de Etnografia, nosso convívio se tornou maior. Sua vocação, na realidade, era a Arqueologia e a Pré-História, atividades para as quais o cargo burocrático e administrativo que exercia de nada servia. Companheiros do Instituto Histórico, tornamo-nos depois confrades na Academia Paulista de História, que pouco chegou a frequentar. Foi dos primeiros acadêmicos a falecer e sua cadeira (patrono: Teodoro Sampaio) veio a ser ocupada por Lycurgo de Castro Santos Filho, atual presidente da Academia.

Mas, voltando ao seu filho Marcus, que acaba de falecer com apenas meio século de existência; depois de realizar-se como publicitário, empreendeu sua mais vasta e louvável tarefa: fundou uma gravadora destinada a registrar para a posteridade o que houvesse de melhor e mais autêntico em matéria de música brasileira. Surgiu, assim, a “Marcus Pereira Discos”, que chegou a editar mais de uma centena de gravações, cobrindo praticamente o Brasil todo. Daí a expressão acertada do jornal gaúcho registrando o falecimento do “criador do mapa musical do Brasil”. A obra que empreendeu, e que muito longe poderia ir ainda não fora a trágica ocorrência que lhe tirou a vida, é do mais alto valor cultural, indispensável para o bom conhecimento da verdadeira cultura brasileira.

Por chocante coincidência, no mesmo jornal paulistano que noticiou seu falecimento, o musicólogo Carlos Gonzales entusiasticamente noticiava o lançamento de seu último disco... (20/3/1981.)

*

49. LIVRO QUE NÃO CHEGOU A APARECER

(A propósito de Hércules Florence)

Há cento e dois anos morria Hércules Florence, o genial franco-campineiro sobre o qual tanta gente tem escrito. Até o autor destas linhas. Considero um dos pontos mais altos de meu modesto currículo o ter sido convidado para falar no centenário de seu falecimento. Quando poderia imaginar, ao ler, garoto ainda, os seus relatos de viagem, que um dia, quase meio século depois, seria o escolhido para falar em soleníssima sessão com que a cidade de Campinas comemorou, entre significativas homenagens, o centenário da morte de seu grande filho adotivo ! Coisas do destino, como se costuma dizer.

Dias após a belíssima reunião na Academia Campinense de Letras, publiquei alguns artigos nesta mesma folha: o primeiro, para relatar como foi que tomei conhecimento da vida e da obra de Hércules Florence; os demais para fornecer aos eventuais interessados alguns elementos bibliográficos sobre os seus escritos. Posteriormente, reuni todos esses artigos num só, republicando-o em o nº 96 da **Notícia Bibliográfica e Histórica** revista campineira, cujo centésimo número, que vem de ser publicado, está merecendo manifestações que muito tem sensibilizado o seu diretor. Dada a penetração desta revista, o artigo sobre Hércules Florence provocou diversas cartas, não só relativas à sua oportunidade, como solicitando novos informes sobre o inventor da fotografia, e particularmente sobre seus escritos.

Não serei redundante a ponto de repetir aqui o que então foi escrito, pois, à moda do célebre procôndulo romano da Judéia, “quod scripsi, scripsi”. Mas, há um ponto em que me permito tocar de novo. Vinte anos depois de ter-se fixado em Campinas, entendeu Hércules Florence de reescrever o relato da Expedição Langsdorff. Os originais deste novo relato permaneceram inéditos até 1977, quando foram traduzidos por um seu descendente, Francisco Álvares Machado e Vasconcelos Florence, e publicados pelo Museu de Arte “Assis Chateaubriand”, de São Paulo. Uma nota introdutória informa-nos do caráter do livro, bem como de numerosas pesquisas no Brasil e no exterior, em torno da famosa e ao mesmo tempo malograda expedição, da qual Hércules Florence foi dos poucos sobreviventes e, por sorte, o encarregado de redigir o diário da jornada. Tal como as edições anteriores, vem esta nova versão do texto florenciano enriquecida de numerosas estampas e, ainda, de fotografias atuais de pontos outrora desenhados pelo pintor, trabalho este realizado por Bórix Kossoy, incansável lutador pelo reconhecimento dos direitos de Hércules Florence à invenção da fotografia.

Esta edição do Museu de Arte de São Paulo é o “livro que nem chegou a aparecer”, a que se refere o título desta nota. Digo aparecer, no sentido de ser divulgado, posto à venda nas livrarias para que todos os interessados possam adquiri-lo, e não como ocorreu, ser apenas distribuído a uns poucos privilegiados, entre os quais felizmente me incluo, graças à gentileza de meu preclaro amigo Arnaldo Machado Florence, que viu em mim um “grande entusiasta” de seu ilustre antepassado. Ocorre, então, com a **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas** esta anomalia: se alguém quiser conhecê-la terá que se servir da versão do Visconde de Taunay, reconhecidamente incompleta, pois a versão definitiva, reescrita quase quarenta anos depois, continua sendo o “livro que não chegou a aparecer”. Que terá sido feito dele? Se ele for encontrável apenas no Museu de Arte de São Paulo e obtido apenas graças a empenhos especiais, terá preenchido bem pouco a finalidade com que foi editado. (27-3-1981.)

50. O SIGNIFICADO DA ABDICAÇÃO

Na última terça-feira, dia 7, transcorreu significativa efeméride da história brasileira: o sesquicentenário da abdicação de D. Pedro I. Os que têm qualquer conhecimento de nosso passado sabem que o ato de 7 de abril de 1831 foi como que o último ato de um processo que começou a desenrolar-se logo após a Independência e fez com que o Primeiro Reinado não chegasse a durar sequer um decênio. Historiadores há que vêm no ato de 7 de abril de 1831 a verdadeira Independência do Brasil. Sem chegar a tanto, é necessário, contudo, que se perceba que a abdicação de nosso primeiro Imperador faz inaugurar na história brasileira um dos seus períodos mais significativos, pois que profundamente individualizado, qual seja a Regência.

Tal como todas as regências, em todas as épocas da História e em todos os países, caracterizou-se a nossa por alguns atributos inerentes ao sistema: seu sentido de transitoriedade, de provisoriedade e, conseqüentemente de instabilidade. Mas foi, igualmente, um fértil período de lutas políticas, das quais resultaram os dois grandes partidos que vão garantir o equilíbrio político do Segundo Reinado, a partir de 1840. Assim, embora não tenha durado mais que nove anos (coincidentemente tanto quanto o Primeiro Reinado, que veio a substituir), representa a Regência legítimo período de transição em nossa evolução política, assinalado por avanços e recuos, reformas e contra-reformas, marchas e contramarchas, e ainda uma lamentável, mas inevitável instabilidade nas províncias levando muitas delas a lutas armadas por vezes bem violentas.

Não sei até que ponto têm razão os que consideram a Regência uma “experiência republicana”. Sem se importar com esta particularidade, é bom que se atente para a circunstância de haver a Regência, como todo o seu caráter de transitoriedade, de provisoriedade e instabilidade, vencido praticamente todas as crises que a afligiram, assegurando a unidade do Império, na qual tão pouco se acreditava. Se não conseguiu realizar todas as reformas que planejou, e o próprio Ato Adicional de 1834 prometeu muito mais do que efetivamente realizou, a culpa não deve ser imputada aos grandes homens que marcaram o período, um Feijó, um Evaristo da Veiga ou um Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Quando se comemorou, há cinquenta anos, o centenário da Abdicação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu importante Congresso de História, cujo temário foi centrado particularmente no Primeiro Reinado e na Regência, e sobre a qual Alfredo Valadão escreveu magnífica “Exposição de Motivos”, publicada alguns anos depois com o título de **Da Aclamação à Maioridade**. E os anais do referido Congresso, constantes de cinco alentados volumes, constituem um dos mais preciosos repositórios para o estudo de nossa História, notadamente do período

abrangido pelo Primeiro Reinado e Regência. Não sei se alguma comemoração foi programada pelo tradicional sodalício fluminense ou por qualquer outro congêneres, para assinalar a efeméride alusiva ao sesquicentenário do feito de 1831. Agora que está em moda “rever” a História do Brasil, quanta coisa a merecer revisão não haverá naqueles tumultuados dias de há cento e cinquenta anos ? (10-4-1981.)

*

51. MEDITAÇÃO SOBRE A SAGRADA PAIXÃO DO REDENTOR

Foi com a expressão acima que o compositor inglês John Stainer (1840 – 1901) intitulou seu grande oratório **The Crucifixion**, escrito em 1887 e, desde então, considerado uma das grandes obras da música sacra universal. Dotada de excepcional beleza, revelando uma concepção inteiramente nova quando comparada com tantas outras obras inspiradas no grande e sugestivo tema, caiu no gosto do povo inglês, gozando de larga popularidade e indefectivelmente executado por ocasião da Semana Santa em quase todos os lugares onde se cultivava música ou nas próprias igrejas da Inglaterra. Concorre, no favor do público, com **O Messias**, de Handel, igualmente ali executado com enorme frequência na ocasião do Natal. Assim, as duas datas magnas da Cristandade, que balizam a vida de Cristo – o Natal e a Semana Santa – são comemoradas entre o povo inglês com obras musicais grandiosas e realmente significativas.

Todavia, fora da Inglaterra o oratório de Stainer não logrou popularidade, sendo praticamente desconhecido no Brasil, a não ser de alguns discófilos que guardam ciosamente em suas estantes os dois discos gravados há quase trinta anos pela Nixa Records, de Londres, hoje raríssimos e que, tanto quanto saiba, continuam sendo a única gravação da obra. Discos antigos, obviamente sem os benefícios das modernas técnicas da ciência do som, permitem-nos, contudo (pois a interpretação é magnífica), apreciá-la em toda sua grandiosidade e beleza.

O seu coro mais famoso e mais belo, talvez o “clímax” do oratório, extraído do texto do Evangelho de João, 3:16 – “De tal maneira amou Deus o mundo que deu seu Filho unigênito, para que todo o que n’Ele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” – e que é de fato um dos mais belos coros sacros já escritos, tornou-se conhecido nos meios protestantes brasileiros, em cujas igrejas era cantado com relativa frequência, pois se não me engano, figura nos próprios hinários evangélicos.

The Crucifixion – como se disse no início – destoa dos demais oratórios por não conter as partes descritivas que habitualmente caracterizam essa forma musical. A rigor, seria mais correto (tal como no caso de **O Messias**) considerá-lo uma grande cantata, tendo como tema

central a meditação em torno da Paixão de Cristo. Foi concebido para duas vozes solistas (tenor e baixo ou barítono) e coro, com acompanhamento não de orquestra, mas apenas de órgão. A intenção do autor — e que parece cumprida nas igrejas protestantes inglesas — era que as partes corais fossem cantadas por toda a congregação e não apenas pelo coro, o que dá à obra um caráter todo especial no conjunto da música sacra universal.

Recorde-se que John Stainer deixou dois outros oratórios (sobre Gedeão e sobre Maria Madalena) e uma cantata inspirada no episódio da filha de Jairo, tal como vem relatado no capítulo quinto do Evangelho de Marcos. Nenhuma dessas obras, contudo, alcançou a popularidade de **A Crucificação**, nem nunca vi qualquer referência que ajudasse a conhecer de seu mérito. São de sua autoria, ainda, dois tratados de harmonia e de órgão, um ensaio sobre a música na Bíblia e um dicionário de termos musicais. (17-4-1981.)

*

52. EM MEMÓRIA DE LUÍS MARTINS

De Luís Martins, o grande jornalista e escritor tragicamente falecido num desastre de automóvel na Sexta-Feira Santa do corrente ano, não posso dizer que tenha sido amigo, mas conhecido de encontros ocasionais, sem qualquer relacionamento mais chegado. Conheci-o há cerca de um quarto de século em casa de Sérgio Buarque de Holanda e, desde então, as ocasiões em que nos encontramos não foram muitas. Compareci a algumas de suas conferências, estivemos juntos em duas ou três reuniões culturais, avistei-o, mas sem com ele conversar, em algumas sessões solenes da Academia Paulista de Letras. A Academia Paulista de Jornalismo, na qual me honrava de o ter por confrade, poderia ter sido o elemento capaz de nos aproximar, mas infelizmente não me propiciou este prazer, pois Luís Martins pouco a freqüentou. Só uma vez ali estive com ele, e esta mesma foi dois ou três dias antes de seu falecimento. Mas fiquei-lhe devendo extrema gentileza: foi sua a proposta para que o voto de louvor pela publicação do centésimo número da **Notícia Bibliográfica**, proposto pelo confrade Trigueirinho, fosse saudado com uma salva de palmas.

Mas, mesmo sem esse conhecimento direto, senti muito a presença de Luís Martins em minha vida cultural. Sempre apreciei seus escritos, desde as crônicas ligerias que publicou na imprensa diária, até suas críticas literárias e seus ensaios sobre história e sobre arte. Não era leitor apenas do L.M., mas igualmente do Luís Martins, duas individualidades bem distintas, formando, contudo, um todo inseparável.

Meu primeiro contato com sua obra foi através de magnífico estudo sobre Almeida Júnior, publicado em 1940, no volume 65 da “Re-

vista do Arquivo Municipal”. Sabia-o crítico de arte de importante órgão da imprensa paulistana e autor de um ensaio sobre a pintura moderna no Brasil. Li, depois, **Fazenda**, primeira produção em livro de sua fase paulista. Sim, porque este carioca, que se neutralizou paulistano, teve duas faces bem distintas em sua obra. À fase carioca pertencem **Sinos, Lapa, A terra come tudo e Noturno da Lapa**, que, embora escrito já em São Paulo, revela-nos, em quadros autobiográficos, a verdadeira vida boêmia do Rio de Janeiro. Vindo para São Paulo em 1938, radicou-se na capital paulista, ligando seu nome a todas as atividades culturais da grande metrópole durante mais de quarenta anos. A esta fase paulista pertence sua maior produção, que compreende contos, crônicas, poesias, biografias, ensaios. Cronista e ensaísta por excelência, nestes gêneros se enquadra o maior número de seus livros: **Futebol de madrugada, Noturno do Sumaré, Suplemento Literário, o Patriarca e o Bacharel, Uma coisa e outra, Homens e Livros**, e ainda outros, que longe iria se a todos enumerasse. Com prefácio de Gilberto Freyre, seu **O Patriarca e o Bacharel**, vinculou seu nome também à historiografia social do Brasil, pois embora nele se defenda tese não de todo pacífica, constitui leitura obrigatória para o conhecimento da vida social brasileira do século passado.

São Paulo deve-lhe sua melhor antologia. Quando uma editora do Rio de Janeiro planejou a coleção **Brasil, Terra e Alma**, destinada a reunir textos significativos sobre todos os Estados do Brasil, mas da qual só três volumes foram publicados, ao escolher alguém para preparar o volume sobre a terra paulista, a escolha recaiu, com muita felicidade, em Luís Martins. Nesse belo volume está todo o paulistanismo deste carioca que nunca esqueceu sua terra e que, quis o destino, veio a morrer na Via Dutra, o traço-de-união entre as suas duas “pátrias”. (8-5-1981)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

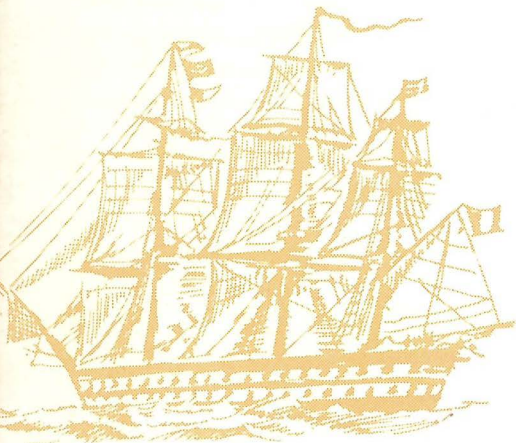
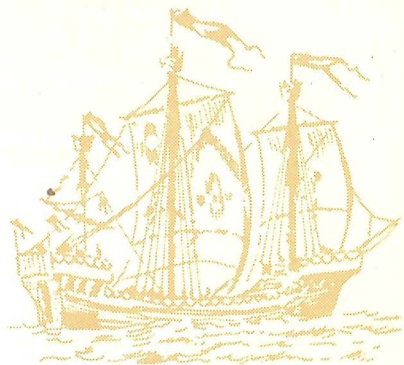
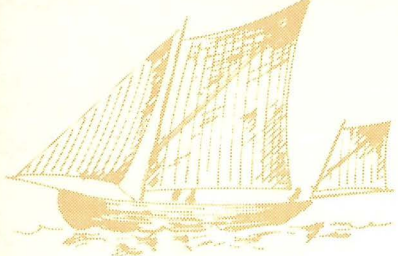
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia e Teologia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"
- e) Conservatório Musical "Campinas"
- f) Rádio Universitária "Andorinhas de Campinas"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

